

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	12.557.318	12.309.404
1.01	Ativo Circulante	2.836.639	2.849.930
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.985	182.558
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.985	182.558
1.01.02	Aplicações Financeiras	88.682	86.900
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	88.682	86.900
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	88.682	86.900
1.01.03	Contas a Receber	1.687.935	1.712.853
1.01.03.01	Clientes	1.687.935	1.712.853
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.406.459	2.393.477
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-718.524	-680.624
1.01.06	Tributos a Recuperar	652.198	630.970
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	652.198	630.970
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	19.616	0
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	632.582	630.970
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	325.839	236.649
1.01.08.03	Outros	325.839	236.649
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	68.382	68.010
1.01.08.03.03	Outros créditos	113.070	116.595
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	36.212	7.658
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	108.175	30.022
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	14.364
1.02	Ativo Não Circulante	9.720.679	9.459.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.385.386	7.097.931
1.02.01.04	Contas a Receber	175.336	163.578
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	175.336	163.578
1.02.01.07	Tributos Diferidos	46.580	81.019
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	46.580	81.019
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.163.470	6.853.334
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	48.852	48.011
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	31.403	31.969
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	15.725	16.715
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	5.181.879	4.939.453
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	335.672	484.731
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	23.515	15.235
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.526.424	1.317.220
1.02.03	Imobilizado	67.218	67.342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	52.967	57.774
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	22.201	22.227
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	30.766	35.547
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	14.251	9.568
1.02.04	Intangível	2.268.075	2.294.201
1.02.04.01	Intangíveis	2.268.075	2.294.201
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.091.211	2.105.457
1.02.04.01.02	Software	176.760	188.640

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.04.01.03	Ativos contratuais	104	104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	12.557.318	12.309.404
2.01	Passivo Circulante	3.883.313	4.162.838
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.654	58.483
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	56.654	58.483
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	56.654	58.483
2.01.02	Fornecedores	1.360.744	1.374.767
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.360.744	1.374.767
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	1.109.141	1.137.221
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	6.400	17.132
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	245.203	220.414
2.01.03	Obrigações Fiscais	143.017	274.948
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.622	108.196
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	68.064
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	32.622	40.132
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	106.376	163.690
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	106.376	163.690
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.019	3.062
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	4.019	3.062
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.340.402	1.466.544
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	760.939	1.129.131
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	154.369	223.966
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	606.570	905.165
2.01.04.02	Debêntures	579.463	337.413
2.01.04.02.01	Debêntures	579.463	337.413
2.01.05	Outras Obrigações	981.958	988.096
2.01.05.02	Outros	981.958	988.096
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	392.298	429.790
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	191.983	191.983
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	76.743	72.499
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	1.044	1.044
2.01.05.02.10	Outras obrigações	225.192	207.665
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	88.353	75.156
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	6.345	9.959
2.01.06	Provisões	538	0
2.01.06.02	Outras Provisões	538	0
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	538	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.648.696	4.189.664
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.636.324	3.192.568
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.608.845	1.766.389
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	700.489	712.228
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	908.356	1.054.161
2.02.01.02	Debêntures	2.027.479	1.426.179
2.02.01.02.01	Debêntures	2.027.479	1.426.179
2.02.02	Outras Obrigações	765.385	764.886
2.02.02.02	Outros	765.385	764.886
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	1.816	1.971

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	89.951	89.346
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	28.327	19.493
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	148.525	186.130
2.02.02.02.08	Outras obrigações	220	850
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	59.589	60.849
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	409.937	378.607
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	27.020	27.640
2.02.04	Provisões	246.987	232.210
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	246.987	232.210
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	233
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	47.335	47.144
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	164.093	149.139
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	33.945	33.542
2.02.04.01.06	Provisões regulatórias	1.614	2.152
2.03	Patrimônio Líquido	4.025.309	3.956.902
2.03.01	Capital Social Realizado	1.085.347	1.085.347
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.085.347	1.085.347
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	2.526.721	2.526.721
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.047.562	1.047.562
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	1.430.314	1.430.314
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	79.117	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-24.547	-13.837
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-24.547	-13.837

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.229.007	2.032.835
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.829.047	-1.700.570
3.03	Resultado Bruto	399.960	332.265
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-89.758	-60.711
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.364	-1.903
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.704	-40.001
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-55.501	-55.476
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.811	36.669
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	310.202	271.554
3.06	Resultado Financeiro	-190.140	-118.694
3.06.01	Receitas Financeiras	146.366	238.970
3.06.02	Despesas Financeiras	-336.506	-357.664
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	120.063	152.860
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.946	-41.719
3.08.01	Corrente	0	-87.472
3.08.02	Diferido	-40.946	45.753
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	79.117	111.141
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	79.117	111.141
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,01619	1,42753
3.99.01.02	PNA	1,07716	1,51318
3.99.01.03	PNB	1,11781	1,57029
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,01619	1,42753
3.99.02.02	PNA	1,07716	1,51318
3.99.02.03	PNB	1,11781	1,57029

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	79.117	111.141
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.710	-14.537
4.02.03	Ganho(perda) com instrumentos financeiros	-16.228	-22.026
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros	5.518	7.489
4.03	Resultado Abrangente do Período	68.407	96.604

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-160.670	-305.728
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	221.113	83.115
6.01.01.01	Lucro líquido do período	79.117	111.141
6.01.01.02	Marcação a mercado da dívida	-6.895	0
6.01.01.03	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	50.069	50.913
6.01.01.04	Depreciação e amortização	128.929	89.131
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	-47.082	-270.498
6.01.01.06	Valor residual de ativo intangível	15	0
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	40.947	-44.671
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros riscos	8.578	-209
6.01.01.10	Obrigações com benefícios pós-emprego	2.421	2.048
6.01.01.12	Ativos e passivos financeiros setoriais	2.301	7.563
6.01.01.13	Marcação a mercado de ativo indenizável	-115.550	-83.119
6.01.01.16	Perda de recebíveis de clientes	5.432	4.563
6.01.01.17	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	72.831	216.253
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-174.851	-33.487
6.01.02.01	Consumidores	-42.341	-163.851
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	-80.454	-197.346
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-28.554	29.255
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social	-87.680	85.890
6.01.02.05	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-6.162	7.050
6.01.02.06	Passivos financeiros setoriais	-37.605	44.126
6.01.02.07	Outros tributos compensáveis	147.447	27.664
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-841	-1.922
6.01.02.09	Outros créditos	3.153	19.827
6.01.02.10	Fornecedores	-14.023	-248.078
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	-1.829	3.813
6.01.02.13	Encargos setoriais	21.163	74.231
6.01.02.18	Outras obrigações	16.897	37.318
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social	0	223.942
6.01.02.20	Outras obrigações fiscais	-64.022	24.594
6.01.03	Outros	-206.932	-355.356
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-240.226
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-96.101	-71.110
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-6.543	-12.763
6.01.03.04	Recebimento de juros de instrumento derivativo	-101.205	-28.688
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-1.267	-493
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-1.816	-2.076
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-439.962	-411.352
6.02.01	Adições para ativo contratual e imobilizado	-438.746	-411.773
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-1.782	-1.839
6.02.04	Cauções e depósitos	566	2.260
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	500.059	666.320
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	1.559.344	955.843
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-1.076.265	-263.123

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.03.03	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-4.234	-3.198
6.03.04	Parcelamento especial	0	-386
6.03.05	Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	21.214	-22.816
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-100.573	-50.760
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.558	204.316
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81.985	153.556

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	79.117	-10.710	68.407
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	79.117	0	79.117
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.710	-10.710
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-16.228	-16.228
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.518	5.518
5.07	Saldos Finais	1.085.347	358.671	2.526.721	79.117	-24.547	4.025.309

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.141	-14.537	96.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.141	0	111.141
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.537	-14.537
5.07	Saldos Finais	914.346	358.671	2.220.037	111.141	-20.786	3.583.409

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	2.927.247	3.244.563
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.526.973	2.854.543
7.01.02	Outras Receitas	17.024	36.749
7.01.02.02	Outras receitas	17.024	36.749
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	433.319	404.184
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-50.069	-50.913
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.806.156	-1.735.408
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.756.824	-1.693.928
7.02.04	Outros	-49.332	-41.480
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-49.332	-41.480
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.121.091	1.509.155
7.04	Retenções	-128.930	-89.131
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-128.930	-89.131
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	992.161	1.420.024
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	146.366	238.970
7.06.02	Receitas Financeiras	146.366	238.970
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.138.527	1.658.994
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.138.527	1.658.994
7.08.01	Pessoal	53.767	52.075
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.202	33.949
7.08.01.02	Benefícios	8.058	7.374
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.456	1.669
7.08.01.04	Outros	10.051	9.083
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	2.680	2.481
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	2.205	1.938
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	5.166	4.664
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	663.851	1.131.888
7.08.02.01	Federais	289.592	580.881
7.08.02.02	Estaduais	371.466	548.039
7.08.02.03	Municipais	2.793	2.968
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	341.792	363.890
7.08.03.01	Juros	59.069	42.948
7.08.03.02	Aluguéis	277.437	6.226
7.08.03.03	Outras	5.286	314.716
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	79.117	111.141
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	79.117	111.141

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Fortaleza, 26 de abril de 2023 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do primeiro trimestre (“1T23”).

1

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Receita Bruta (R\$ mil)	2.960.292	3.258.727	-9,2%	2.976.952	-0,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.229.007	2.032.835	9,7%	2.222.438	0,3%
EBITDA (2) (R\$ mil)	431.175	354.067	21,8%	535.280	-19,4%
Margem EBITDA (%)	19,34%	17,42%	1,92 p.p	24,09%	-4,75 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	24,01%	21,74%	2,27 p.p	30,57%	-6,56 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)	310.202	271.554	14,2%	412.993	-24,9%
Margem EBIT (%)	13,92%	13,36%	0,56 p.p	18,58%	-4,66 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	79.117	111.141	-28,8%	181.132	-56,3%
Margem Líquida	3,55%	5,47%	-1,92 p.p	8,15%	-4,60 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,41%	6,82%	-2,41 p.p	10,35%	-5,94 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.092	3.098	-0,2%	3.326	-7,0%
CAPEX (R\$ mil)*	490.658	354.856	38,3%	375.151	30,8%
DEC (12 meses)*	9,56	11,04	-13,4%	10,08	-5,2%
FEC (12 meses)*	4,02	4,58	-12,2%	4,23	-5,0%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,60%	97,74%	0,86 p.p	97,53%	1,07 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,32%	16,42%	-0,10 p.p	15,93%	0,39 p.p
PMSO (4) / Consumidor*	82,58	62,29	32,6%	51,22	61,2%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: resultado do serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,2 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,2 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	1T23	1T22	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	148.895	148.895	-
Linhas de Transmissão (Km)	5.605	5.452	2,8%
Subestações (Unid.)	126	121	4,1%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.590	12.697	-0,8%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	4,73%	5,19%	-0,46 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,47%	2,54%	-0,07 p.p

(1) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



¹ Estimativa do número de Habitantes de Ceará de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

* Dados prévios referente ao 1T23.

Divulgação de Resultados

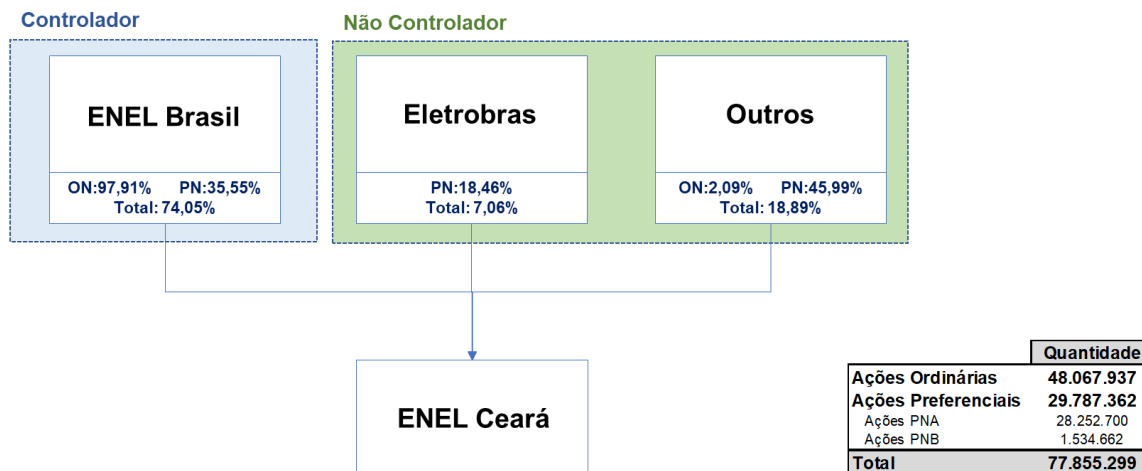
Comentário do Desempenho



PERFIL CORPORATIVO

Organograma Societário Simplificado

Posição em 31 de março de 2023



DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Mercado Cativo	4.177.889	4.135.660	1,0%	4.210.937	-0,8%
Residencial - Convencional	2.293.250	2.425.268	-5,4%	2.362.563	-2,9%
Residencial - Baixa Renda	1.110.989	909.499	22,2%	1.069.324	3,9%
Industrial	5.810	5.932	-2,1%	5.823	-0,2%
Comercial	182.062	181.268	0,4%	182.060	0,0%
Rural	533.009	562.127	-5,2%	539.690	-1,2%
Setor Público	52.769	51.566	2,3%	51.477	2,5%
Clientes Livres	757	599	26,4%	701	8,0%
Industrial	227	177	28,2%	209	8,6%
Comercial	513	408	25,7%	476	7,8%
Rural	11	10	10,0%	10	10,0%
Setor Público	6	4	50,0%	6	-
Revenda	2	2	-	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.178.648	4.136.261	1,0%	4.211.640	-0,8%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

A Companhia encerrou 1T23 com um incremento de 1,0% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados no 1T22. O acréscimo observado no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial Baixa Renda.

Tal aumento é majoritariamente atribuído ao efeito da migração de clientes da classe Residencial Convencional pela implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. Além deste efeito, o crescimento observado também reflete a inclusão de novos entrantes e a recuperação de clientes irregulares que passaram a ser inseridos no faturamento.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 26,4% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e retomada das atividades pós-período restritivo da pandemia.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.410	2.460	-2,0%	2.606	-7,5%
Clientes Livres	674	632	6,6%	712	-5,3%
Revenda	3	3	-	3	-
Consumo Próprio	4	3	33,3%	5	-20,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.092	3.098	-0,2%	3.326	-7,0%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Residencial - Convencional	904	999	-9,5%	941	-3,9%
Residencial - Baixa Renda	378	259	45,9%	382	-1,0%
Industrial	109	125	-12,8%	127	-14,2%
Comercial	355	389	-8,7%	377	-5,8%
Rural	287	293	-2,0%	357	-19,6%
Setor Público	376	393	-4,3%	421	-10,7%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.410	2.460	-2,0%	2.606	-7,5%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

O mercado cativo totalizou 2.410 GWh no 1T23, redução de 2,0% do volume registrado no 1T22 (2.460 GWh), reflexo da migração de clientes livres e devido ao aumento significativo de pedidos de ligação de placas solares antes da entrada em vigor do Marco Legal da geração distribuída.

A classe Residencial Baixa Renda apresentou no 1T23 uma alta de 45,9% se comparado ao mesmo período de 2022. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 9,5% vis-à-vis 1T22, em ambos é explicado pelo reflexo da migração entre classes abordada acima.

A classe industrial apresentou reduções de 12,8% no 1T23 em comparação ao 1T22, explicado por uma deterioração econômica ocasionada pelas altas taxas de juros, além da migração destes clientes para o mercado livre.

Na classe comercial, o 1T23 apresentou uma redução de 8,7% comparado ao mesmo período em 2022, decorrente da migração desses clientes para o mercado livre e restrição ao crédito.

Já a classe Rural registrou redução de 2,0% no 1T23 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior.

Clientes Livres

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Industrial	433	417	3,8%	476	-9,0%
Comercial	210	185	13,5%	204	2,9%
Rural	5	5	-	4	25,0%
Setor Público	27	26	3,8%	27	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	674	632	6,6%	712	-5,3%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

O aumento no volume de energia aos clientes livres é atribuído, principalmente, à migração de clientes cativos comerciais e industriais para este mercado.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Compra de Energia²

COMPRA DE ENERGIA (GWh)*

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	663	663	-	678	-2,2%
Angra 1 e 2	102	101	1,0%	103	-1,0%
PROINFA	54	53	1,9%	63	-14,3%
Leilões e Quotas	2.179	2.695	-19,1%	2.850	-23,5%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.207	3.162	1,4%	3.359	-4,5%
Liquidação na CCEE	(105)	(81)	29,6%	(28)	>100,0%
Total - Compra de Energia	3.102	3.081	0,7%	3.331	-6,9%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

Balanço de Energia²

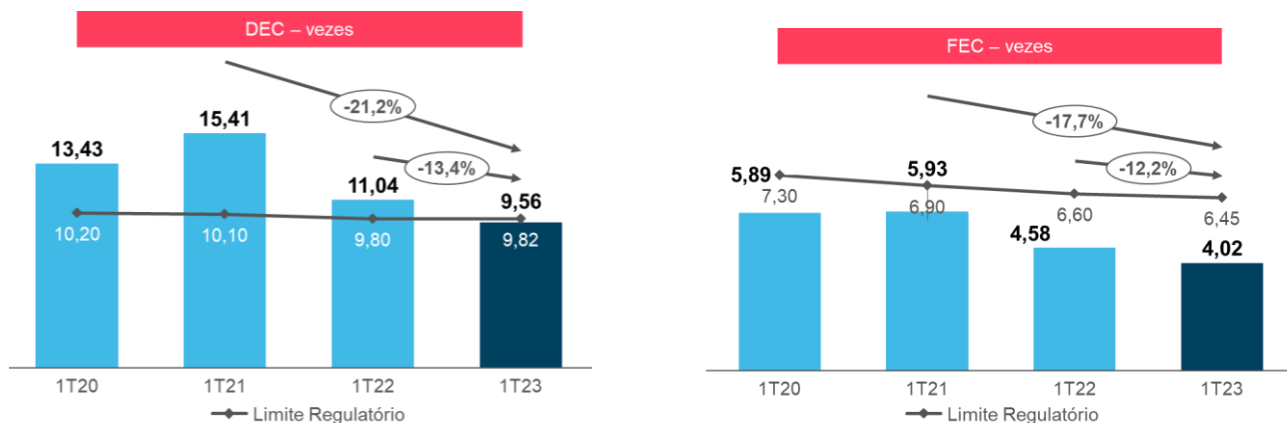
BALANCO DE ENERGIA*

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	3.899	3.735	4,4%	4.161	-6,3%
Energia distribuída (GWh)	3.227	3.150	2,4%	3.515	-8,2%
Mercado Cativo	2.549	2.540	0,4%	2.800	-9,0%
Mercado Livre	677	611	10,8%	715	-5,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	672	585	14,9%	646	4,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	17,24%	15,66%	1,58 p.p	15,53%	1,71 p.p

(1) Variação entre 1T23 e 1T22;

Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento³



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 13,4% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior, ficando, após 27 meses, abaixo do limite regulatório, que é de 9,82. O FEC do 1T23 apresentou uma redução de 12,2% em relação ao 1T22.

As melhorias observadas nos indicadores de qualidade são resultantes de ações complementares ao nosso plano de manutenção (poda, manutenção de defeitos), finalização do plano de automação (*self healing*) e finalização da migração da comunicação dos telecontroles para satélite.

² Dados prévios referente ao 1T23.

³ Dados prévios referente ao 1T23

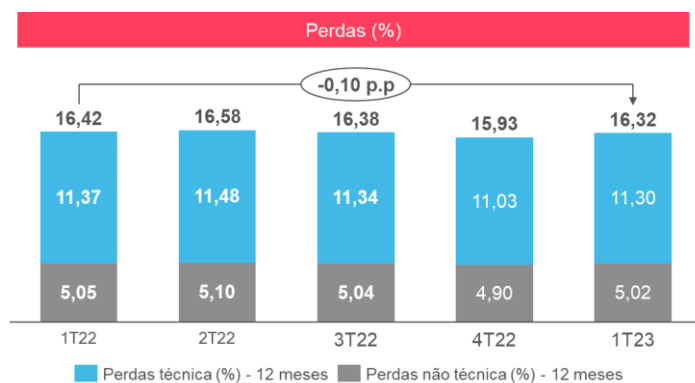
⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



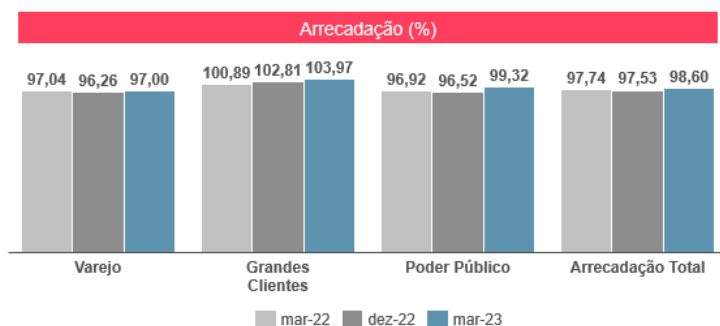
Disciplina de Mercado – Perdas ^{(3) (4)}



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) atingiu 16,3% no 1T23, uma melhoria de 0,1 p.p. em relação às perdas registradas em 1T22, de 16,4%.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes, na recuperação de clientes cortados/autoreligados, mapeamento de consumidores clandestinos.

Arrecadação³



Em relação ao indicador de arrecadação, houve uma melhora generalizada se comparado a outros períodos. Ações que vem sendo feito em B2C e B2B e ações administrativas de corte.

A companhia tem realizado ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar

valores em aberto.

³ Dados prévios referente ao 1T23

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.942.598	2.130.266	-8,8%	2.077.375	-6,5%
(-) DIC/FIC/DMC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(12.995)	(10.915)	19,1%	(12.511)	3,9%
Subvenção baixa renda	91.442	52.438	74,4%	95.456	-4,2%
Subvenção de recursos da CDE	70.198	61.686	13,8%	81.915	-14,3%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.091.243	2.233.475	-6,4%	2.242.235	-6,7%
Ativos e passivos financeiros setoriais	142.820	381.860	-62,6%	22.569	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	122.242	100.015	22,2%	124.236	-1,6%
Receita de construção	433.319	404.184	7,2%	471.599	-8,1%
Venda de Energia Excedente - MVE	8.629	14.850	-41,9%	10.766	-19,8%
Marcação a mercado de ativo indenizável	115.550	83.119	39,0%	54.066	>100,0%
Outras receitas	46.489	41.224	12,8%	51.481	-9,7%
Total - Receita Operacional Bruta	2.960.292	3.258.727	-9,2%	2.976.952	-0,6%
ICMS	(371.466)	(548.009)	-32,2%	(395.153)	-6,0%
COFINS - corrente	(158.097)	(172.576)	-8,4%	(162.525)	-2,7%
PIS - corrente	(34.324)	(37.467)	-8,4%	(35.285)	-2,7%
ISS	(1.685)	(1.755)	-4,0%	(1.673)	0,7%
Total - Tributos	(565.572)	(759.807)	-25,6%	(594.636)	-4,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(16.566)	(15.213)	8,9%	(16.745)	-1,1%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(146.766)	(143.756)	2,1%	(140.284)	4,6%
Encargos do consumidor - CCRBT	310	(304.857)	<-100,0%	(159)	<-100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.691)	(2.259)	19,1%	(2.690)	0,0%
Total - Encargos Setoriais	(165.713)	(466.085)	-64,4%	(159.878)	3,6%
Total - Deduções da Receita	(731.285)	(1.225.892)	-40,3%	(754.514)	-3,1%
Total - Receita Operacional Líquida	2.229.007	2.032.835	9,7%	2.222.438	0,3%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 9,7% no 1T23 em relação ao 1T22. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 1T23, atingiu o montante de R\$ 1.795,7 milhões, alta de R\$ 167,0 milhões em relação ao 1T22, cujo montante foi de R\$ 1.628,6 milhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 32,4 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo do aumento da base de ativos em função da revisão tarifária que se findou em outubro de 2022 e pelo maior nível de inflação registrado no período;
- Aumento de R\$ 22,2 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento do consumo nesta classe;
- Redução de R\$ 300,4 milhões nos encargos setoriais em razão principalmente da redução R\$ 305,2 milhões observada na rubrica Conta de Encargos do consumidor – CCRBT relacionada com as bandeiras tarifárias. No 1T22 prevaleceu a bandeira de escassez hídrica;
- Redução de R\$ 194,2 milhões no total de tributos no 1T23 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 176,5 milhões);

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 187,7 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 1T22. Apesar do tímido aumento registrado em unidades faturadas, a receita com fornecimento de energia apresentou uma retração em praticamente todas as classes de consumidores no referido período em decorrência, principalmente, da bandeira de escassez hídrica que se manteve vigente ao longo do 1T22 e da menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022;
- Redução de R\$ 239,0 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.

Custos e Despesas Operacionais

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

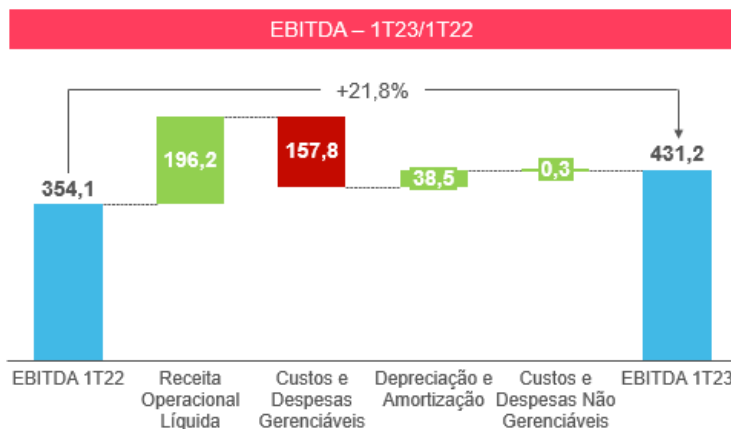
	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia elétrica comprada para revenda	(820.737)	(823.834)	-0,4%	(840.952)	-2,4%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(207.984)	(205.142)	1,4%	(171.980)	20,9%
Total - Não gerenciáveis	(1.028.721)	(1.028.976)	-0,0%	(1.012.932)	1,6%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(41.412)	(44.312)	-6,5%	(43.788)	-5,4%
Material e Serviços de Terceiros	(205.609)	(161.412)	27,4%	(152.071)	35,2%
Depreciação e Amortização	(120.973)	(82.513)	46,6%	(122.287)	-1,1%
Custo na desativação de bens	(7.397)	854	<-100,0%	(3.143)	>100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(50.069)	(36.773)	36,2%	(12.977)	>100,0%
Custo de Construção	(433.319)	(404.184)	7,2%	(471.599)	-8,1%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(8.578)	209	<-100,0%	(4.896)	75,2%
Perda de recebíveis de clientes	(5.432)	(18.703)	-71,0%	(1.726)	>100,0%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	16.753	34.660	-51,7%	16.311	2,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(34.048)	(20.131)	69,1%	(337)	>100,0%
Total - Gerenciáveis	(890.084)	(732.305)	21,5%	(796.513)	11,7%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.918.805)	(1.761.281)	8,9%	(1.809.445)	6,0%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

Os custos e despesas operacionais no 1T23 em relação ao 1T22 apresentaram uma alta de R\$ 157,5 milhões, ou aumento de 8,9%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 1.485,5 milhões, alta de 9,5% ou R\$ 128,4 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 1.357,1 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- Os custos e despesas não-gerenciáveis, se mantiveram em linha no 1T23 em comparação ao 1T22.
- Aumento nos custos e despesas gerenciáveis em R\$ 157,8 milhões no trimestre (excluindo o efeito do custo de construção o efeito seria um aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 128,6 milhões). Esse aumento é explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 44,2 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em função principalmente dos ajustes de inventário e maiores custos com reajustes de contratos e aumento de operações comerciais; (ii) aumento de R\$ 13,3 milhões na linha de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa no trimestre; (iii) Aumento de R\$ 38,5 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; e (iv) Aumento de R\$ 13,9 milhões na linha de despesas operacionais.

EBITDA



O EBITDA da Enel Ceará no 1T23 atingiu o montante de R\$ 431,2 milhões, o que representa um aumento de R\$ 77,1 milhões em relação ao 1T22. A margem EBITDA da Companhia no 1T23 foi de 19,3%, um aumento de 1,9 p.p. em relação ao mesmo período. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia trimestre foi de 24,0%, o que representa um aumento de 2,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

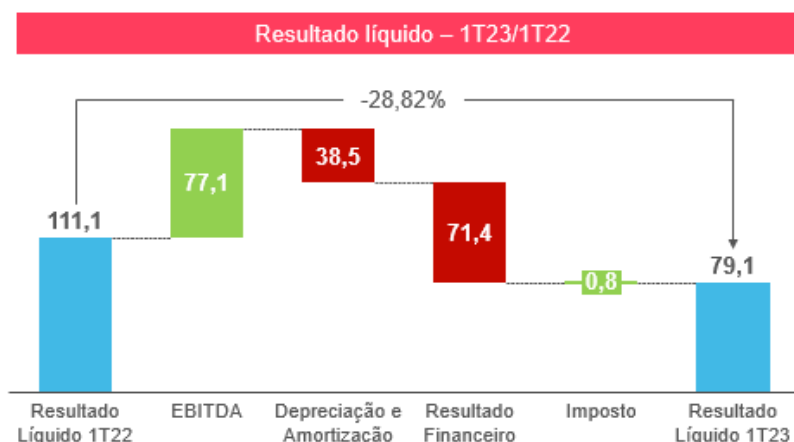
	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de aplicação financeira	12.974	4.911	>100,0%	12.197	6,4%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	17.295	1.241	>100,0%	20.597	-16,0%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	43.288	39.162	10,5%	90.892	-52,4%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	8.038	-	-	21.671	-62,9%
Dívida - Marcação a mercado	6.895	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	3.155	6.405	-50,7%	3.857	-18,2%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.553)	(2.296)	54,7%	(6.022)	-41,0%
Total - Receitas Financeiras	88.092	49.423	78,2%	143.192	-38,5%
Despesas financeiras					
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	(38.650)	(26.810)	44,2%	(18.772)	>100,0%
Encargos de Dívidas e debêntures	(99.449)	(62.306)	59,6%	(72.705)	36,8%
Marcação a mercado de Dívida	(5.647)	-	-	745	<-100,0%
Encargos fundo de pensão	(2.138)	(1.896)	12,8%	(1.896)	12,8%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(40.987)	(31.599)	29,7%	(36.412)	12,6%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(13.280)	(5.217)	>100,0%	(11.814)	12,4%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(51.795)	(27.175)	90,6%	(145.905)	-64,5%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(8.609)	(1.847)	>100,0%	(1.943)	>100,0%
Outras despesas financeiras	(17.651)	(11.447)	54,2%	(15.518)	13,7%
Total - Despesas Financeiras	(278.206)	(168.297)	65,3%	(304.220)	-8,6%
Variações Cambiais	(25)	180	<-100,0%	2.174	<-100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	28.180	191.416	-85,3%	54.251	-48,1%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(29.074)	(189.078)	-84,6%	(49.936)	-41,8%
Outras Variações Cambiais	869	(2.158)	<-100,0%	(2.141)	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(190.139)	(118.694)	60,2%	(158.854)	19,7%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 1T23 com uma despesa líquida de R\$ 190,1 milhões, representando um aumento de R\$ 71,4 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação é explicada por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 67,5 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, variação cambial de dívidas e encargos de dívidas e debêntures, dívida – marcação a mercado, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 1T23 comparado ao 1T22, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados.

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 79,1 milhões no 1T23, representando uma retração de R\$ 32,0 milhões em relação ao 1T22, explicado principalmente por um aumento na despesa financeira e na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	5.089.543	4.246.113	19,9%	4.762.861	6,9%
Dívida com Terceiros	4.207.076	2.966.750	41,8%	3.810.543	10,4%
Dívida Intercompany	882.467	1.279.363	-31,0%	952.318	-7,3%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	170.667	236.043	-27,7%	269.458	-36,7%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.918.876	4.010.070	22,7%	4.493.403	9,5%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (2)*	2,77	2,58	7,4%	2,72	1,9%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (2)*	2,68	2,43	9,9%	2,56	4,4%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,56	0,54	3,0%	0,55	2,2%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,55	0,53	4,1%	0,53	3,4%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 1T23 em R\$ 5.089 milhões, um incremento de R\$ 843 milhões em relação ao 1T22. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 3.134 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 583 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 2.440 milhões e R\$ 462 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 28 milhões.

A Companhia encerrou o 1T23 com o custo médio da dívida no período de 14,91% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2023, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 250 milhões.

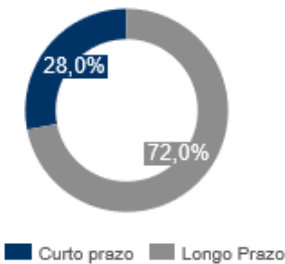
Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Divulgação de Resultados
Comentário do Desempenho



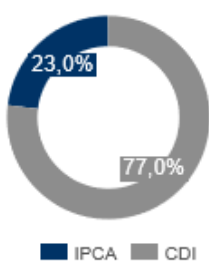
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em mar/23



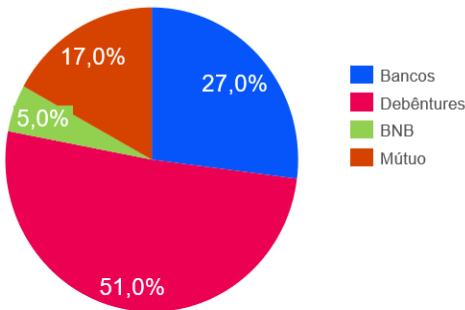
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em mar/23



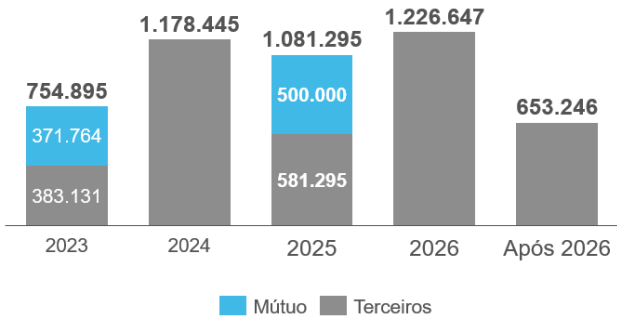
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em mar/23



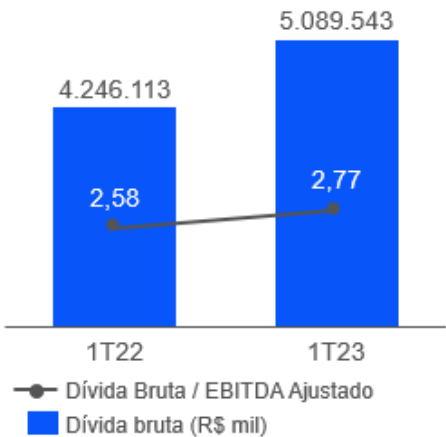
Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em mar/23



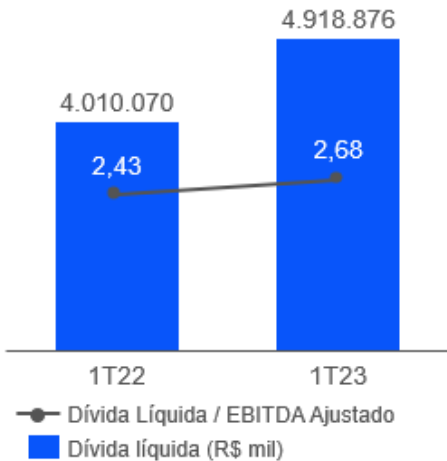
Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em mar/23



Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezes)
Evolução 1T22 - 1T23



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes)
Evolução 1T22 - 1T23



Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Investimentos⁴

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T23	1T22	Var. %	4T22	Var. % (1)
Novas Conexões	318.680	198.471	60,6%	51.241	>100,0%
Rede	92.476	80.152	15,4%	138.475	-33,2%
Combate às Perdas	33.563	15.822	>100,0%	21.201	58,3%
Qualidade do Sistema Elétrico	51.099	32.856	55,5%	45.413	12,5%
Adequação à carga	7.814	31.474	-75,2%	71.861	-89,1%
Outros	79.502	76.234	4,3%	185.436	-57,1%
Total Investido	490.658	354.856	38,3%	375.151	30,8%
Aportes / Subsídios	-	(13.367)	-100,0%	-	-
Investimento Líquido	490.658	341.489	43,7%	375.151	30,8%

(1) Variação entre 1T23 e 4T22;

No 1T23, a Companhia investiu R\$ 490,7 milhões, um aumento de 38,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior, dos quais: (i) R\$92,5 milhões em qualidade do sistema elétrico, adequação da carga e atividades de combate a perdas, que representou crescimento de 15,4% frente ao mesmo período do ano anterior, reflexo dos esforços em melhoria nos serviços; e (ii) R\$318,7 milhões de investimento em novas conexões crescendo 60,6% vis-à-vis o 1T22.

5

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na Enel

A Enel no Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Em 2015, a companhia assumiu um compromisso público, perante a ONU, de apoio à Agenda 2030, um plano de ação global para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, que deve ser cumprido até o ano de 2030. Essa agenda possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS. Além do alinhamento das nossas iniciativas em toda Agenda 2030, o Grupo Enel assumiu formalmente metas em relação a quatro deles: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A integração dos compromissos públicos assumidos com os ODS, somados à agenda ASG é garantida por processos estruturados em todo o Grupo, que contam, em todas as suas etapas, com o respeito aos direitos humanos para a busca pelo crescimento sustentável. Além disso, a adoção dos indicadores ASG em toda a cadeia de valor não se dá apenas para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar as decisões e orientar as suas ações.

A partir da estratégia ASG, deriva o Plano de Sustentabilidade da companhia, revisto anualmente, traduzido em indicadores sociais, ambientais e de governança, de acordo com padrões internacionais e com base nos temas materiais identificados no engajamento com os stakeholders e os diversos compromissos que assumimos. O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, que foi reavaliado a partir do processo anual de materialidade, abrangerá o ciclo 2023-2025 e estabelece objetivos ASG específicos em 4 grandes temas: Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos (incluindo aqui as questões de Saúde e Segurança e Governança) com ações que abrangem todas as empresas do Grupo no Brasil e ações regionalizadas. O Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição Ceará em 2023 contará com 75 ações desdobradas em metas ambientais, metas sociais e ações para garantir ou aumentar a governança. O avanço anual será reportado a partir do próximo trimestre.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

⁴ Dados prévios referente ao 1T23

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Ao aliar o programa Enel Compartilha à sua estratégia de negócio e aos ODS da ONU, a Enel reforça o compromisso do Grupo com a Agenda ASG e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável. No primeiro trimestre de 2023, foram beneficiadas 137.561 pessoas pelos projetos da Enel Distribuição Ceará, destacando-se:

Inclusão Digital e Economia Circular - ODS 17

Doação de 75 notebooks seminovos da empresa para 5 instituições do Programa Conta Contigo: Associação Beneficente O Pequeno Nazareno, Associação de Voluntários do Hospital São José, Grupo de Educação e Estudos Oncológicos, Instituto da Primeira Infância e Sociedade de Assistência e Proteção à Infância de Fortaleza.

Esporte com Cidadania em Comunidades Tradicionais – ODS 3

A iniciativa promove atividades esportivas nas modalidades de futebol de campo e futsal associados com oficinas de direitos humanos e cidadania, para crianças e adolescentes de comunidades tradicionais do município de Caucaia. O projeto, que já conta com 194 beneficiados, tem o intuito de promover a prática esportiva, educacional, o desenvolvimento físico, psicológico e social.

Indicadores ASG - Enel Ceará

Indicadores

	1T23	1T22
Colaboradores próprios (unit)	1.144	1.109
Colaboradores terceirizados (unit)	10.193	10.400
% de mulheres na Empresa	24,5%	25,2%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	23,4%	20,9%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	5,08	17,43
Taxa de Rotatividade (2)*	1,3%	1,4%
Número de membros no conselho (unit)	8	9
Número de membros independentes no conselho (unit)	2	1
% de mulheres no conselho	12,5%	11,1%
Beneficiados pelos projetos sociais	137.561	64.608
Resíduos perigosos enviados para recuperação	99%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	83%	93%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	11	1
Realização de ECoS Ambiental (4)*	1	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2023 - 9; (4) Meta 2023 - 1

ASPECTOS REGULATÓRIOS

Revisão Tarifária Periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2023, Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia positivo de +3,06% composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,21%
Revisão Econômica	2,71%
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,81%
Revisão Financeira	-3,17%
Revisão Total	-0,46%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+3,52%
Efeito para o consumidor	3,06%

Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação, o Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e ficou assim até o final de 2022.

De janeiro a março de 2023, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Divulgação de Resultados
Comentário do Desempenho



	2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		69,04	69,04	69,04									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



ANEXO 1

DRE (R\$ MIL)

	1T23	1T22	Var. %
Receita Operacional Bruta	2.960.292	3.258.727	-9,2%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.091.243	2.233.475	-6,4%
CVA	142.820	381.860	-62,6%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	122.242	100.015	22,2%
Receita de Construção	433.319	404.184	7,2%
Outras Receitas	170.668	139.193	22,6%
Deduções da Receita Operacional	(731.285)	(1.225.892)	-40,3%
Receita Operacional Líquida	2.229.007	2.032.835	9,7%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.028.721)	(1.028.976)	-0,0%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(820.737)	(823.834)	-0,4%
Encargos de conexão e uso da rede	(207.984)	(205.142)	1,4%
Custo/Despesa Operacional	(890.084)	(732.305)	21,5%
Pessoal	(41.412)	(44.312)	-6,5%
Material e Serviços de terceiros	(205.609)	(161.412)	27,4%
Depreciação e amortização	(120.973)	(82.513)	46,6%
Provisões	(66.044)	(35.710)	84,9%
Custo de construção	(433.319)	(404.184)	7,2%
Outros	11.321	15.957	-29,1%
Outras receitas/despesas operacionais	(34.048)	(20.131)	69,1%
EBITDA	431.175	354.067	21,8%
EBIT	310.202	271.554	14,2%
Resultado Financeiro	(190.139)	(118.694)	60,2%
Receita Financeira	88.092	49.423	78,2%
Despesa Financeira	(278.206)	(168.297)	65,3%
Variações Cambiais	(25)	180	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	120.063	152.860	-21,5%
IR/CS	(40.946)	(41.719)	-1,9%
Lucro/Prejuízo Líquido	79.117	111.141	-28,8%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

Segundo o Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, além disso a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003 e o último em 2023, vide nota explicativa nº. 35.1.

Intenção de venda

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em Fato Relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

1.1. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar de R\$ 3.449 – vide nota explicativa nº 8.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos, exceto os clientes Baixa Renda, que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e está sendo repassado aos consumidores desde o ciclo tarifário abril de 2022 - vide nota explicativa nº 10.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou uma análise e não precisou solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 10. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras**2.1. Base de preparação****2.1.1. Declaração de conformidade**

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim a apresentação dessas informações estão condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia Energética do Ceará – Coelce, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 23 de fevereiro de 2023 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 26 de abril de 2023.

2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas contábeis e estimativas

As normas, políticas contábeis e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



findo em 31 de março de 2023, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2023:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados ou após
CPC 50 /IFRS 17 - Contratos de Seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 /IAS 12 - Tributos sobre o lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23/ IAS 8 - Políticas contábeis, estimativa e retificação de erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023 (data de vigência adiada do IAS e CPC)
CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um investidos e sua coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou ainda não determinado pela contribuição de ativos entre IASB e CFC investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB CFC

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1. Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, aplicado a partir de 13 de agosto de 2022 (Resolução Homologatória nº 3.061/2022), reajuste na tarifa de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%, sendo de -2,96%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT), e de -3,02%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 193.725, dentre os quais, destaca-se principalmente: (i) Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de R\$ 433.117; (ii) Sobrecontratação de R\$ 47.892, (iii) escassez hídrica de R\$ 149.553, parcialmente compensado por itens positivos, como (iv) itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") R\$ 568.258, e (v) Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699.

4.2. Bandeira tarifária

A ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31.03.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	22.203	38.483
Aplicações financeiras		
CDB (aplicações diretas)	3.120	26.461
Operações compromissadas	56.662	117.614
	59.782	144.075
Total	81.985	182.558

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. A Companhia realiza, também, aplicações em operações compromissadas que possuem vencimentos de no máximo 30 dias.

Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no período findo em 31 de março de 2023, em média, a 98,13% do CDI (98,18% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As operações compromissadas foram remuneradas no período findo em 31 de março de 2023, em média, a 84,61% do CDI (84,43% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.03.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos não exclusivos	88.433	86.652
Fundos de investimentos exclusivos (a)	249	248
Títulos públicos	236	229
LF - Letra Financeira	13	19
Total	88.682	86.900

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,65% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de março de 2023 (0,64% em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período findo em 31 de março de 2023. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no período findo em 31 de março de 2023, em média, a 95,84% do CDI (96,75% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			31.03.2023
Classes de consumidores:									
Residencial	152.293	161.303	18.098	40.039	93.987	393.334	859.054	(397.286)	461.768
Industrial	56.855	73.186	7.813	16.915	4.806	-	159.575	(9.472)	150.103
Comercial	15.262	10.463	713	1.555	10.349	63.898	102.240	(51.936)	50.304
Rural	95.746	60.612	7.504	14.916	18.638	101.898	299.314	(60.924)	238.390
Poder público	40.192	21.394	4.046	6.791	7.963	27.822	108.208	(13.247)	94.961
Iluminação pública	21.081	12.178	1.056	4.245	2.791	6.312	47.663	(43.855)	3.808
Serviço público	23.956	19.238	4.279	8.854	18.902	78.104	153.333	(17.003)	136.330
Fornecimento faturado	405.385	358.374	43.509	93.315	157.436	671.368	1.729.387	(593.723)	1.135.664
Receita não faturada	447.732	-	-	-	-	-	447.732	(5.167)	442.565
Parcelamento de débitos	2.355	19.034	12.330	32.179	46.858	175.336	288.092	(56.164)	231.928
Venda de Energia Excedente - MVE	103	-	-	-	-	-	103	-	103
Compartilhamento - uso mútuo	11.099	10.315	3.398	9.365	16.183	43.374	93.734	(50.657)	43.077
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	22.746	22.746	(12.812)	9.934
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Subtotal	866.674	387.723	59.237	134.859	220.477	928.113	2.597.083	(733.812)	1.863.271
								Circulante	1.687.935
								Não circulante	175.336

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.03.2022		31.03.2022
Classes de consumidores:									
Residencial	214.190	210.232	31.511	69.813	99.055	250.343	875.144	(354.188)	520.956
Industrial	21.296	10.712	1.063	1.867	1.667	21.730	58.335	(13.244)	45.091
Comercial	95.356	32.100	5.188	8.080	11.701	72.790	225.215	(58.027)	167.188
Rural	67.189	39.917	7.980	11.914	18.228	83.315	228.543	(67.927)	160.616
Poder público	59.160	13.151	3.726	6.675	6.368	23.306	112.386	(9.911)	102.475
Iluminação pública	44.279	18.753	7.083	17.983	11.803	55.681	155.582	(45.668)	109.914
Serviço público	28.147	3.785	1.324	3.868	2.759	14.352	54.235	(12.225)	42.010
Fornecimento faturado	529.617	328.650	57.875	120.200	151.581	521.517	1.709.440	(561.190)	1.148.250
Receita não faturada	370.490	-	-	-	-	-	370.490	(6.425)	364.065
Parcelamento de débitos	3.518	12.291	10.812	38.307	64.364	122.506	251.798	(11.563)	240.235
Venda de Energia Excedente - MVE	15.644	-	-	-	-	-	15.644	-	15.644
Compartilhamento - uso mútuo	9.865	20.614	9.670	20.144	24.630	19.687	104.610	(49.050)	55.560
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	28.923	28.923	(22.391)	6.532
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Total	929.134	361.555	78.357	178.651	240.575	707.922	2.496.194	(665.908)	1.830.286
								Circulante	1.706.896
								Não circulante	123.390

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2022	(Provisões)	Perda	31.03.2023
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(695.913)	(55.501)	17.601	(733.813)
Outros créditos	(7.694)	-	-	(7.694)
	(703.607)	(55.501)	17.601	(741.507)
Circulante	(688.318)			(726.218)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)

Rubricas de origem	31.12.2021	(Provisões)	Perda	31.03.2022
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(629.135)	(55.476)	18.703	(665.908)
Outros créditos	(3.400)	-	-	(3.400)
	(632.535)	(55.476)	18.703	(669.308)
Circulante	(617.246)			(654.019)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2023	31.03.2022
Provisão	(55.501)	(55.476)
	(55.501)	(55.476)

8. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	31.03.2023	31.12.2022
Baixa renda - subsídio CDE	24.915	25.088
Previsão ajuste CDE ciclo corrente (a)	-	(21.977)
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	7.848	(446)
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	-	1.542
Bônus - Redução voluntária de consumo (b)	3.449	3.451
	36.212	7.658

- (a) Em março de 2023, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.
- (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 66.342, restando um saldo de R\$ 3.449 a ser ressarcido.

9. Tributos a compensar

9.1. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	31.03.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	15.270	-
Contribuição social (a)	2.105	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	2.241	-
Total	19.616	-

- (a) Em 31 de março de 2023, a empresa apurou prejuízo fiscal e não temos montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar, apenas montantes a compensar. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar são apresentados líquidos dos montantes de imposto de renda e contribuição social compensáveis. O saldo de imposto de renda apresentado é composto pelo montante de imposto de renda a pagar de R\$ 48.429 e do montante de imposto de renda compensável no montante de R\$ 13.520. E o saldo de contribuição social apresentado é composto pelo montante de contribuição social a pagar de R\$ 34.843 e do montante de contribuição social compensável no montante de R\$ 1.688. Maiores informações, vide nota explicativa nº. 19.
- (b) Em 31 de março de 2023, temos saldo de IRRF a compensar. Em 31 de dezembro de 2022, o IRRF é apresentado líquido dos montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar pela Companhia.

9.2. Outros tributos compensáveis

	31.03.2023		31.12.2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	124.249	135.494	119.310	130.842
PIS e COFINS	81.302	-	80.236	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	425.504	200.178	429.790	353.889
Outros tributos	1.527	-	1.634	-
Total	632.582	335.672	630.970	484.731

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Do total de crédito de ICMS, cerca de: (i) R\$ 227.374 em 31 de março de 2023 (R\$ 186.562 em 31 de dezembro de 2022) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos e; (ii) R\$ 32.367 (R\$ 33.662 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.
- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar no circulante e não circulante de R\$ 425.504 e R\$ 200.178 respectivamente, em 31 de março de 2023 (R\$ 429.790 e R\$ 353.889 em 31 de dezembro de 2022).

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 19).

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Trimestre findo em 31 de março de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2022	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	79.106	78.862	(132.673)	(8.298)	1.902	18.899	51.839	(32.940)	21.534	(2.635)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	71.749	6.460	(43.699)	(164)	1.495	35.841	16.695	19.146	34.309	1.532
Proinfa (d)	6.398	(6.225)	(4.482)	-	(40)	(4.349)	2.077	(6.426)	(3.834)	(515)
Transporte rede básica (c)	59.602	32.100	(3.819)	-	2.265	90.148	802	89.346	82.999	7.149
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (a)	(93.852)	36.636	(70.924)	(8.134)	(3.180)	(139.454)	27.537	(166.991)	(126.095)	(13.359)
Conta de desenvolvimento energético - CDE (b)	35.209	9.891	(9.749)	-	1.362	36.713	4.728	31.985	34.155	2.558
Demais passivos financeiros setoriais	(235.214)	156.226	19.340	-	399	(59.249)	40.578	(99.827)	86.641	(145.890)
Neutralidade da parcela A	16.798	318	4.373	-	(663)	20.826	-	20.826	19.160	1.666
Sobrecontratação de energia	93.299	14.447	11.973	-	9.756	129.475	-	129.475	119.117	10.358
Diferimento/ devoluções tarifárias	(143.484)	(9.770)	7.403	-	(4.554)	(150.405)	-	(150.405)	-	(150.405)
Risco hidrológico	(137.747)	(32.910)	36.288	-	(3.615)	(137.984)	-	(137.984)	(126.946)	(11.038)
Bandeira Escassez Hídrica (e)	220.177	90.811	-	-	15.669	326.657	-	326.657	300.524	26.133
Outros (f)	(284.257)	93.330	(40.697)	-	(16.194)	(247.818)	40.578	(288.396)	(225.214)	(22.604)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(156.108)	235.088	(113.333)	(8.298)	2.301	(40.350)	92.417	(132.767)	108.175	(148.525)

(a) ESS (Encargo de Serviço do Sistema): A variação do diferimento ativo de ESS é devido ao menor despacho da geração das usinas termoeletricas fora da ordem de mérito, no período findo em 31 de março de 2023.

(b) CDE: A menor variação está relacionada a aplicação das novas cotas homologadas que foram menores em comparação ao ciclo anterior, conforme resoluções nº 3.175 de 7 de março de 2023 que definiu os novos montantes do ciclo tarifário de 2023 para CDE-USO.

(c) Transporte rede básica: A variação está relacionada a alteração da tarifa de cobertura e do preço médio dos contratos homologado a partir do reajuste tarifário de abril de 2022.

(d) Proinfa: Variação está relacionada a redução do custo conforme a resolução Nº 3.147, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 e ao aumento da cobertura tarifária de acordo com a Nota Técnica nº53/2022-SGT/ANEEL homologada em 18 de abril de 2022.

(e) Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica:

- (i) Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 149.553, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 4.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
Trimestre findo em 31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(ii) Durante o período de doze meses findo em 31 de março de 2023, foi constituída uma adição de R\$ 90.811 referente ao financeiro da bandeira proporcional ao período de janeiro e março de 2023.

(f) Outros: A variação é referente ao PIS/COFINS sobre ICMS contabilizado no 1º trimestre de 2022 como item setorial e que a partir de dezembro de 2022 passou a ser amortizado na rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”. Para mais informações, vide nota explicativa nº 21.

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2021	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	445.129	208.682	(18.120)	(243.766)	10.605	402.530	(7.770)	410.300	377.798	24.732
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	(7.819)	10.542	7.527	(11.430)	3.050	1.870	(5.241)	7.111	1.439	431
Proinfa	2.077	15.253	(2.383)	-	338	15.285	(290)	15.575	14.347	938
Transporte rede básica	27.073	(11.002)	(9.128)	-	669	7.612	(1.912)	9.524	7.037	575
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (a)	429.471	151.468	(17.858)	(232.336)	5.982	336.727	315	336.412	316.451	20.276
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.673)	42.421	3.722	-	566	41.036	(642)	41.678	38.524	2.512
Demais passivos financeiros setoriais	73.542	139.963	51.334	-	(3.041)	261.798	(60.170)	321.968	330.656	(68.858)
Alíquota efetiva PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(32.584)	(4.244)	1.779	-	(398)	(35.447)	-	(35.447)	(33.311)	(2.136)
Sobrecontratação de energia	(34.636)	14.844	7.820	-	(170)	(12.142)	-	(12.142)	(11.409)	(733)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(119.160)	(9.628)	7.403	-	(2.154)	(123.539)	(29.613)	(93.926)	(29.613)	(93.926)
Risco hidrológico	(145.171)	(34.309)	36.570	-	(2.893)	(145.803)	-	(145.803)	(137.015)	(8.788)
Outros (b)	405.093	173.300	(2.238)	-	2.574	578.729	(30.557)	609.286	542.004	36.725
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	518.671	348.645	33.214	(243.766)	7.564	664.328	(67.940)	732.268	708.454	(44.126)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Benefício fiscal****Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.03.2023	31.12.2022
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(729.461)	(726.549)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	398.591	396.669
Total	15.725	16.715

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.03.2023	Percentual
Em 2023	2.970	18,89%
Em 2024	3.625	23,05%
Em 2025	3.316	21,09%
Em 2026	3.036	19,31%
Em 2027	2.778	17,67%
Total	15.725	100,01%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.03.2023	31.12.2022
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	18.039	17.482
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	13.364	14.487
Total		31.403	31.969

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Contratos de concessão público - privados**

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 22 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a última em 22 de abril de 2023, vide nota explicativa nº. 35.1.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

13.1. Ativos Contratuais (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,24% a.a. no período findo em 31 de março de 2023 (3,79% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.110.318	(235.431)	874.887
Adições	404.184	-	404.184
Reclassificação	23.272	(23.272)	-
Capitalização de juros de empréstimos	56	-	56
Transferências para ativo intangível	(63.335)	-	(63.335)
Transferências para ativo indenizável	(91.336)	-	(91.336)
Transferências para ativo imobilizado	(25.565)	-	(25.565)
Saldo em 31 de março de 2022	1.357.594	(258.703)	1.098.891
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.413.494	(96.274)	1.317.220
Adições	433.319	-	433.319
Capitalização de juros de empréstimos	28	-	28
Transferências para ativo intangível	(97.267)	-	(97.267)
Transferências para ativo indenizável	(126.876)	-	(126.876)
Saldo em 31 de março de 2023	1.622.698	(96.274)	1.526.424

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2023		31.12.2022
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Direito de uso da concessão	1.370.237	(96.274)	1.273.963
Software	250.059	-	250.059
Veículos	2.402	-	2.402
Total	1.622.698	(96.274)	1.526.424

13.2. Ativo financeiro indenizável da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 31 de março de 2023 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	31.03.2023	31.12.2022
Saldo Inicial	4.939.453	3.912.580
Transferências do ativo contratual	126.876	838.211
Atualização do ativo financeiro da concessão	115.550	191.043
Reclassificações para ativo intangível	-	(2.381)
Saldo Final	5.181.879	4.939.453

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

13.3. Ativo Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.03.2023			31.12.2022
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	5.943.250	(3.603.590)	(248.449)	2.091.211
Software	468.462	(291.702)	-	176.760
Bens de renda	464	(360)	-	104
Total	6.412.176	(3.895.652)	(248.449)	2.268.075

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.779.965	(3.548.623)	(261.692)	1.969.650
Amortização	-	(94.145)	8.907	(85.238)
Transferência dos ativos contratuais	63.335	-	-	63.335
Transferência dos ativos imobilizados	(81.076)	152.503	3.514	74.941
Saldo em 31 de março de 2022	5.762.224	(3.490.265)	(249.271)	2.022.688
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.316.436	(3.762.821)	(259.414)	2.294.201
Baixas	(1.527)	1.512	-	(15)
Amortização	-	(134.343)	10.965	(123.378)
Transferência dos ativos contratuais	97.267	-	-	97.267
Saldo em 31 de março de 2023	6.412.176	(3.895.652)	(248.449)	2.268.075

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
Trimestre findo em 31 de março de 2023
(E em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2022	Adição / (Reversão)	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	31.03.2023
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	5.134	-	-	-	-	5.134
Máquinas e equipamentos	41.481	-	-	(1.490)	-	39.991
Veículos	860	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	22.636	-	-	-	744	23.380
Subtotal	70.111	-	-	(1.490)	744	69.365
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(759)	-	(40)	-	-	(799)
Máquinas e equipamentos	(36.999)	-	(351)	1.490	-	(35.860)
Veículos	(546)	-	(16)	-	-	(562)
Móveis e utensílios	(9.580)	-	(363)	-	-	(9.943)
Subtotal	(47.884)	-	(770)	1.490	-	(47.164)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	572	3.606	-	-	-	4.178
Máquinas e equipamentos	2.792	105	-	-	-	2.897
Veículos	762	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	5.442	1.716	-	-	(744)	6.414
Subtotal	9.568	5.427	-	-	(744)	14.251
Total do imobilizado	31.795	5.427	(770)	-	-	36.452
Ativo de direito de uso						
Terrenos	184	-	(99)	-	-	85
Imóveis	29.396	-	(1.288)	-	-	28.108
Veículos e outros meios de transporte	5.967	-	(3.394)	-	-	2.573
Subtotal	35.547	-	(4.781)	-	-	30.766
Total	67.342	5.427	(5.551)	-	-	67.218

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
Trimestre findo em 31 de março de 2023
(E em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2021	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação	31.03.2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	934	-	-	-	592	(296)	1.230
Máquinas e equipamentos	38.989	-	-	(103)	83	2.234	41.203
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	10.838	-	-	-	3.194	(1.597)	12.435
Subtotal	51.621	-	-	(103)	3.869	341	55.728
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(704)	-	(7)	-	-	(1)	(712)
Máquinas e equipamentos	(36.261)	-	(346)	103	-	11	(36.493)
Veículos	(2.048)	-	(16)	-	-	1.567	(497)
Móveis e utensílios	(8.694)	-	(153)	-	-	-	(8.847)
Subtotal	(47.707)	-	(522)	103	-	1.577	(46.549)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	762	6.930	28	-	21.696	(29.287)	129
Máquinas e equipamentos	43.731	28	-	-	-	(40.430)	3.329
Veículos	6.619	-	-	-	-	(5.857)	762
Móveis e utensílios	3.577	631	-	-	-	757	4.965
Subtotal	54.689	7.589	28	-	21.696	(74.817)	9.185
Total do imobilizado	58.603	7.589	(494)	-	25.565	(72.899)	18.364
Ativo de direito de uso							
Terrenos	149	-	(45)	-	-	(104)	-
Imóveis	(2.154)	-	(218)	-	-	3.099	727
Veículos e outros meios de transporte	23.548	-	(3.136)	-	-	(5.037)	15.375
Subtotal	21.543	-	(3.399)	-	-	(2.042)	16.102
Total	80.146	7.589	(3.893)	-	25.565	(74.941)	34.466

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de março de 2023:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	0,92
Imóveis	4,42
Veículos	0,83

15. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 31.1.1.

	31.03.2023	31.12.2022
Compra de Energia	411.742	438.031
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 30)	2.721	814
Encargo de Uso da Rede	101.048	95.705
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 30)	367	343
Total energia	515.878	534.893
Materiais e serviços	602.751	620.617
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 30)	242.115	219.257
Total fornecedores	1.360.744	1.374.767

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o período findo em 31 de março de 2023, o montante destas operações é de R\$ 110.202 (R\$ 119.675 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

16.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.03.2023						31.12.2022							
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total	
Moeda estrangeira:														
União Federal – Bônus de Desconto	148	-	148	5.808	-	5.808	5.956	70	-	70	5.954	-	5.954	6.024
União Federal – Bônus ao Par	237	-	237	8.324	-	8.324	8.561	110	-	110	8.533	-	8.533	8.643
SCOTIABANK 4131 III	-	-	-	-	-	-	-	2.464	406.799	409.263	-	-	-	409.263
BNP 4131 II - COELCE	21	120.335	120.356	-	-	-	120.356	685	-	685	122.503	-	122.503	123.188
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	630	205.690	206.320	-	-	-	206.320	1.458	209.393	210.851	-	-	-	210.851
Sumitomo 4131 - COELCE	2.497	-	2.497	256.270	-	256.270	258.767	1.155	-	1.155	260.885	-	260.885	262.040
Citibank 4131 - COELCE	395	-	395	281.897	-	281.897	282.292	3.896	-	3.896	286.973	-	286.973	290.869
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	277	-	277	228.307	2.771	231.078	231.355	3.483	-	3.483	232.419	7.098	239.517	243.000
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	2.458	-	2.458	124.893	86	124.979	127.437	770	-	770	127.142	2.654	129.796	130.566
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	6.663	326.025	332.688	905.499	2.857	908.356	1.241.044	14.091	616.192	630.283	1.044.409	9.752	1.054.161	1.684.444
Moeda nacional:														
Empréstimos e financiamentos														
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	1	1.030	1.031	-	-	-	1.031	3	2.061	2.064	-	-	-	2.064
FINEP	2	95	97	552	-	552	649	2	94	96	572	-	572	668
BNB II	257	44.399	44.656	199.937	-	199.937	244.593	269	44.101	44.370	211.656	-	211.656	256.026
Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional	260	45.524	45.784	200.489	-	200.489	246.273	274	46.256	46.530	212.228	-	212.228	258.758
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas														
Enel Finance International II	702	273.180	273.882	-	-	-	273.882	453	274.429	274.882	-	-	-	274.882
Enel Finance International N.V.	6.799	-	6.799	500.000	-	500.000	506.799	26.661	-	26.661	500.000	-	500.000	526.661
Mútuos Enel BR	624	101.162	101.786	-	-	-	101.786	-	150.775	150.775	-	-	-	150.775
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	8.125	374.342	382.467	500.000	-	500.000	882.467	27.114	425.204	452.318	500.000	-	500.000	952.318
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	15.048	745.891	760.939	1.605.988	2.857	1.608.845	2.369.784	41.479	1.087.652	1.129.131	1.756.637	9.752	1.766.389	2.895.520

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

16.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 31 de março de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
EFI III - Credit Agreement	508.182	06/01/2023	06/02/2023	Bullet	Bullet	EUR + 4,00 a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	90.507	15/03/2023	28/04/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XV	10.654	27/03/2023	28/04/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
Trimestre findo em 31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o período findo em 31 de março de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131III	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IX	50.278	20/07/2022	13/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,65% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR X	100.497	22/08/2022	13/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,96% a.a.	Capital de giro	N/A

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período findo em 31 de março de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18% a.a.	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR + 0,91% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/2022	21/11/2025	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI II - Credit Agreement	270.603	13/12/2022	12/06/2023	Bullet	Bullet	EURIBOR + 0,94 a.a.	Capital de giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:**

	31.03.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
Moeda Nacional				
CDI	608.585	25,68%	677.436	23,40%
TJLP	649	0,03%	668	0,02%
Taxa fixa	953.827	40,25%	1.389.615	47,99%
IPCA	244.593	10,32%	256.026	8,84%
Moeda Estrangeira				
Libor	5.956	0,25%	6.024	0,21%
USD SOFR	282.292	11,91%	290.869	10,05%
EURIBOR	273.882	11,56%	274.882	9,49%
Total	2.369.784	100%	2.895.520	100%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80% a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
BNP 4131 III - COELCE	CDI + 0,55% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	CDI + 1,39% a.a
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE	CDI + 0,30% a.a
ITAU 4131 EFI III SWAP - COELCE	CDI + 1,44% a.a

16.4. Em 31 de março de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

31.03.2023					
2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total não Circulante
307.196	955.935	280.137	49.059	16.518	1.608.845

16.5. Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	31.03.2023
	%
Moeda Nacional	
CDI *	-2%
TJLP **	0%
SELIC *	8%
Moeda Estrangeira	
Libor *	0%
USD SOFR *	-2%
EURIBOR *	-2%

(*) Índice do último dia do período.

(**) Índice acumulado no período findo em 31 de março de 2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16.6. Movimentações dos empréstimos e financiamentos:**

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	282.726	762.506	137.905	1.084.578	2.267.715
Captações	-	684.143	-	271.700	955.843
Encargos provisionados	31.725	-	4.645	-	36.370
Encargos pagos	(33.288)	-	(6.587)	-	(39.875)
Variação monetária e cambial	-	6.447	(2.339)	(189.071)	(184.963)
Transferências	703.730	(703.730)	353.178	(353.178)	-
Amortizações	(150.939)	-	(112.184)	-	(263.123)
Saldo em 31 de março de 2022	833.954	749.366	374.618	814.029	2.771.967
Saldo em 31 de dezembro de 2022	223.966	712.228	905.165	1.054.161	2.895.520
Captações	101.162	-	508.182	-	609.344
Encargos provisionados	23.980	-	16.467	-	40.447
Encargos pagos	(43.234)	-	(23.824)	-	(67.058)
Variação monetária e cambial	-	4.120	(13.156)	(16.273)	(25.309)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	(6.895)	(6.895)
Transferências	15.859	(15.859)	122.637	(122.637)	-
Amortizações	(167.364)	-	(908.901)	-	(1.076.265)
Saldo em 31 de março de 2023	154.369	700.489	606.570	908.356	2.369.784

16.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Scotiabank, Sumitomo, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

17.1. Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	31.03.2023					31.12.2022				
	Circulante		Não circulante		Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante		Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado		Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado	
2ª Série 5ª emissão	3.483	100.879	100.879	-	205.241	503	98.650	98.650	-	197.803
1ª Série 6ª emissão	1.647	40.000	-	-	41.647	241	40.000	-	-	40.241
2ª Série 6ª emissão	6.365	-	357.335	-	363.700	918	-	349.438	-	350.356
1ª Série 7ª emissão	-	-	-	-	-	6.871	175.000	-	-	181.871
2ª Série 7ª emissão	808	384.890	-	-	385.698	13.449	-	376.384	-	389.833
1ª Série 8ª emissão	14.215	-	618.440	24.275	656.930	4.647	-	604.772	18.629	628.048
1ª Série 9ª emissão	30.041	-	950.000	-	980.041	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(2.865)	(23.450)	-	(26.315)	-	(2.866)	(21.694)	-	(24.560)
Total de debêntures	56.559	522.904	2.003.204	24.275	2.606.942	26.629	310.784	1.407.550	18.629	1.763.592

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

17.2. As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidos durante o período findo em 31 de março de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 9ª emissão	950.000	11/01/2023	10/01/2026	10/01/2026	Semestral	CDI +1,48% a.a	Bullet	950	Reperfilamento de dívidas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período findo em 31 de março de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	600	Reperfilamento de dívidas

c) Debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidadas no período findo em 31 de março de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas

17.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
Moeda Nacional				
CDI	1.021.688	12,59%	222.112	20,58%
IPCA	1.585.254	87,41%	1.541.480	79,42%
Total	2.606.942	100,00%	1.763.592	100,00%

17.4. Em 31 de março de 2023, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
2ª Série 5ª emissão	100.879	-	-	-	-	100.879
2ª Série 6ª emissão	222.335	135.000	-	-	-	357.335
1ª Série 8ª emissão	-	-	-	-	642.715	642.715
1ª Série 9ª emissão	-	-	950.000	-	-	950.000
(-) Custo de transação	(4.242)	(4.464)	(2.412)	(2.277)	(10.055)	(23.450)
Total a amortizar	318.972	130.536	947.588	(2.277)	632.660	2.027.479

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17.5. Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:**

Indexador	%
Moeda Nacional	
CDI *	8%
IPCA *	-8%
SELIC *	0%

(*) Índice do último dia do período.

17.6. Movimentações das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	371.330	1.082.623	1.453.953
Atualização monetária	-	20.357	20.357
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	25.936	-	25.936
Encargos pagos	(31.291)	-	(31.291)
Transferências	174.284	(174.284)	-
Apropriação custo de transação	716	-	716
Saldo em 31 de março de 2022	365.975	928.696	1.294.671
Saldo em 31 de dezembro de 2022	337.413	1.426.179	1.763.592
Captações	-	950.000	950.000
Atualização monetária	-	34.530	34.530
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	59.002	-	59.002
Encargos pagos	(29.071)	-	(29.071)
Marcação a Mercado Dívida	-	5.647	5.647
Transferências	385.721	(385.721)	-
Constituição custo de transação	-	(3.156)	(3.156)
Apropriação custo de transação	1.398	-	1.398
Saldo em 31 de março de 2023	579.463	2.027.479	2.606.942

18. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de março de 2023 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.03.2023	31.12.2022	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>						
Terrenos	556	644	30/09/2024	11	Mensal	de 13,14% a.a até 15,18% a.a
Imóveis	30.173	31.062	30/11/2031	53	Mensal	de 6,72% a.a até 18,38% a.a
Veículos	2.636	5.893	31/10/2024	10	Mensal	de 11,35% a.a até 13,40% a.a
Total	33.365	37.599				
Circulante	6.345	9.959				
Não circulante	27.020	27.640				
	33.365	37.599				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	31.03.2023		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2024	10.685	(4.340)	6.345
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	25.344	(11.934)	13.410
Até 2 anos - 2025	6.556	(3.445)	3.111
Até 3 anos - 2026	6.368	(3.332)	3.036
Até 4 anos - 2027	6.276	(2.851)	3.425
Até 5 anos - 2028	6.144	(2.306)	3.838
2029 em diante	16.566	(2.956)	13.610
Total circulante e não circulante	52.595	(19.230)	33.365

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.200	6.386	20.586
Pagamentos de principal	(3.198)	-	(3.198)
Pagamentos de juros	(493)	-	(493)
Transferências	3.300	(3.300)	-
Encargos provisionados	478	-	478
Saldo em 31 de março de 2022	14.287	3.086	17.373
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.959	27.640	37.599
Pagamentos de principal	-	(4.234)	(4.234)
Pagamentos de juros	-	(1.267)	(1.267)
Transferências	(3.614)	3.614	-
Encargos provisionados	-	1.267	1.267
Saldo em 31 de março de 2023	6.345	27.020	33.365

19. Obrigações fiscais**19.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar**

	31.03.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	-	34.909
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	-	33.155
Total	-	68.064

- (a) O saldo em 31 de março de 2023 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos dos pagamentos (saldos a compensar), pois no exercício de 2023 a Companhia optou pelo regime de apuração trimestral – vide nota explicativa nº 9.

19.2. Outras obrigações fiscais

	31.03.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	23.225	-	23.225	29.696	-	29.696
Programa de integração social - PIS	5.019	-	5.019	6.342	-	6.342
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	3.503	-	3.503	3.903	-	3.903
Outros tributos e contribuições	875	-	875	191	-	191
Subtotal - Federais	32.622	-	32.622	40.132	-	40.132
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	105.743	1.816	107.559	163.057	1.971	165.028
Refis Parcelamento ICMS	633	-	633	633	-	633
Subtotal - Estaduais	106.376	1.816	108.192	163.690	1.971	165.661
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	3.993	-	3.993	3.055	-	3.055
Outros tributos e contribuições	26	-	26	7	-	7
Subtotal - Municipais	4.019	-	4.019	3.062	-	3.062
Total outros tributos a pagar	143.017	1.816	144.833	206.884	1.971	208.855

- (b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de março de 2023 de R\$ 105.742 (R\$ 163.057 em 31 de dezembro de 2022), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e no período findo em 31 de março de 2023 não possui saldos a pagar, tendo liquidado a operação integralmente. As parcelas eram atualizadas mensalmente pela SELIC.

20. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.03.2023	31.12.2022
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid	14.938	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	56.483	51.745
Programa de Eficiência Energética (PEE)	41.910	39.555
Outros	3.349	3.349
Total	116.680	94.649
 Circulante	 88.353	 75.156
Não Circulante	 28.327	 19.493

21. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022 – mais informações vide nota explicativa nº 4. Para o período findo em 31 de março de 2023, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 744.788 (R\$ 723.724 em 31 de dezembro de 2022).

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de março de 2023 o montante total compensado acumulado de R\$ 952.911 (R\$ 779.708 em 31 de dezembro de 2022). Durante o período findo em 31 de março de 2023 o montante compensado foi de R\$ 173.203 (R\$ 323.717 em 31 de dezembro de 2022).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.03.2023	31.12.2022
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante	425.504	429.790
Ativo não circulante	200.179	353.890
Total do Ativo	625.683	783.680
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	392.298	429.790
Passivo não circulante	409.937	378.607
Total do Passivo	802.235	808.397

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.045.642	1.471.603
Atualizações	13.768	13.768
Compensações	(75.431)	-
Outros	(6.442)	(6.718)
Saldo em 31 de março de 2022	977.537	1.478.653
Saldo em 31 de dezembro de 2022	783.680	808.397
Atualizações	15.206	14.902
Compensações	(173.203)	-
Devolução aos consumidores	-	(21.064)
Saldo em 31 de março de 2023	625.683	802.235

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22. Obrigações com benefício pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar a totalidade das obrigações da patrocinadora junto aos planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), que são administrados pela Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O Plano BD, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O Plano CD, estruturado na modalidade de contribuição definida, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (Benefício Definido, Contribuição Variável, Assistência Médica e FGTS), nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022, segue representada abaixo:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	63.953	25.362	89.315
Custo do serviço corrente	(152)	(10)	65	258	161
Custo dos juros líquidos	(7)	(2)	1.440	456	1.887
Contribuições reais do empregador	(16)	-	(1.534)	(526)	(2.076)
Saldo em 31 de março de 2022	(175)	(12)	63.924	25.550	89.287
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	66.799	23.591	90.390
Custo do serviço corrente	7	(30)	51	260	288
Custo dos juros líquidos	(3)	(2)	1.649	489	2.133
Contribuições reais do empregador		(6)	(1.697)	(113)	(1.816)
Saldo em 31 de março de 2023	4	(38)	66.802	24.227	90.995
				Circulante	1.044
				Não Circulante	89.951

Despesas nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022 reconhecidas nas demonstrações do resultado relacionadas com os planos:

	31.03.2023	31.03.2022
Custo do serviço corrente	288	161
Custos dos juros	2.133	1.887
Total de despesas	2.421	2.048

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

23. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações financeiras trimestrais referente ao período findo em 31 de março de 2023, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

23.1. Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2022	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.03.2023
Trabalhistas (a)	47.144	1.963	(1.695)	807	(884)	47.335
Cíveis (b)	149.139	15.702	(6.384)	11.821	(6.185)	164.093
Fiscais	233	-	-	1	(234)	-
Regulatório (c)	33.542	-	-	651	(248)	33.945
Sub-total	230.058	17.665	(8.079)	13.280	(7.551)	245.373
Outros Provisões (d)	2.152	-	-	-	-	2.152
Total	232.210	17.665	(8.079)	13.280	(7.551)	247.525

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas (a)	35.387	21.738	(9.140)	5.622	(6.462)	47.144
Cíveis (b)	136.829	66.424	(49.291)	32.886	(37.709)	149.139
Fiscais	10	965	-	-	(742)	233
Regulatório (c)	69.129	-	(5.468)	2.063	(32.182)	33.542
Sub-total	241.355	89.127	(63.899)	40.571	(77.095)	230.058
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	(1.835)	2.152
Total	245.342	89.127	(63.899)	40.571	(78.930)	232.210

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Processos regulatórios****Processos regulatórios em fase judicial:**

- c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2023 corresponde a R\$ 5.253, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 4.775, está classificado como perda possível.
- c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela Companhia em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2023 corresponde a R\$ 2.649.
- c.3)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2023 corresponde a R\$ 23.294. O processo está em discussão no âmbito judicial. O valor restante de R\$ 1.058, está classificado como perda possível.

Processos regulatórios em fase administrativa:

- c.4)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$ 791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em 31 de março de 2023 é de R\$ 2.890. Até março de 2023, a Companhia pagou R\$ 248 referentes às parcelas 2, 3 e 4 do Auto de Infração, sendo R\$ 199 e R\$ 49 referentes ao valor do principal e atualização financeira, respectivamente. Além disso, houve atualização financeira de R\$ 85 sobre o saldo do valor principal.
- c.5)** Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC/FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. Em 3 de março de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Companhia e reduzir o valor da infração para 2.993. Em 24 de março de 2022, foi realizado o pagamento do AI 002-2020-ARCE-SFE referente à multa por descumprimento dos indicadores DEC/FEC nos anos de 2018 e 2019 (R\$ 3.227, sendo R\$ 2.993 principal e R\$ 234 de atualização financeira. Em 30 de junho de 2022, o saldo final da contingência foi revertido, no valor de R\$ 4.581. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- c.6)** Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. Em abril de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da multa para R\$ 26.509. Em maio de 2022, foi realizado o pagamento integral da multa R\$ 28.243, sendo R\$ 26.509, referente ao valor principal e R\$ 1.734 referente a atualização financeira. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.

d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

23.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.03.2023	31.12.2022
Trabalhistas (a)	197.611	206.571
Cíveis (b)	2.180.647	2.127.028
Fiscais (c)	1.242.246	1.016.538
Juizados especiais	5.777	1.150
Regulatórios	5.834	5.697
Total	3.632.115	3.356.984

a) Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 46 ações previdenciárias que totalizam R\$ 112.186 em 31 de março de 2023 (45 ações - R\$ 112.148 em 31 de dezembro de 2022).

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b.1) REVISÃO TARIFÁRIA 2022: Foram ajuizadas ações por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire, Senador Eduardo Girão, MPF (MPCE/DECON), PROCON/ALCE e Adriano Alves Pessoa, alegando a nulidade da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19/04/2022, que autorizou o reajuste tarifário anual do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela ENEL CE no percentual médio de 24,85%. Em comum, todas as ações afirmam que o índice é abusivo pelo seu próprio valor e pelo contexto da pandemia. Em todas essas ações, a ENEL argumenta que os reajustes tarifários respeitam a legalidade do sistema regulatório brasileiro e, portanto, o reajuste aplicado é legítimo. A ENEL apresentou manifestação preliminar e contestação em todas as ações e em junho de 2022 o juízo denegou a medida cautelar de suspensão do reajuste solicitada. Dada a semelhança entre os pedidos das respectivas ações, foi determinado que fossem agrupadas perante o mesmo juízo, para serem julgadas em conjunto. Em novembro de 2022 o Ministério Público Federal opinou pela pertinência da ação. Aguarda-se a prolação de sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o índice de reajuste deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

b.2) REVISÃO TARIFÁRIA 2010 – contrato bilateral COELCE & CGTF: O Ministério Público Federal questionou o contrato bilateral de compra de energia elétrica firmado entre a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S/A (CGTF) e a Companhia Energética do Ceará (COELCE), à época empresas do mesmo grupo econômico, relativamente ao preço alto da energia contratada. Requereu-se a suspensão dos reajustes tarifários realizados desde 2008 e a restituição dos excessos. O juízo de primeira instância acatou em abril de 2014 o pedido de declaração de ilegalidade das receitas auferidas em função da “Parcela A” (parcela não administrável da alíquota, cuja composição foi modificada em 2009), denegando os demais pedidos do Ministério Público, tais como a declaração de ilegalidade do contrato. Tanto a Companhia, quanto a ANEEL interpuseram recursos perante o Tribunal Regional Federal, os quais foram denegados em maio de 2015. O caso foi levado para o STJ e STF. Em dezembro de 2020, o STJ conheceu e negou provimento aos Recursos Especiais, decisão que teve a oposição de embargos de declaração, donde desde então aguarda-se decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

b.3) IPEDC – Exclusão das perdas não-técnicas do cálculo da tarifa: O Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica, Ensino e de Defesa dos Consumidores (IPEDC) questiona a inclusão dos custos com furto de energia refletidos pelas distribuidoras na tarifa, pois esse prejuízo seria um risco comercial. Para tanto, alega que os consumidores não poderiam pagar pelo furto de energia de outras pessoas e que a distribuidora deveria tomar as medidas necessárias para reduzi-lo. Os pedidos do processo já haviam sido julgados improcedentes em março de 2020. Após interposição de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, em novembro de 2020 a sentença foi anulada e o processo retornou à primeira instância para o complemento da instrução processual (perícia). Perito foi designado pelo juízo em novembro de 2022 e os trabalhos periciais estão em curso. Aguarda-se a conclusão da perícia e a decisão judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

b.4) DPCE – Declaração de ilegalidade da cobrança dos TOI's durante a ReN nº 456/2000: A Defensoria Pública do Estado do Ceará requereu a declaração de ilegalidade da cobrança e da suspensão do fornecimento de energia elétrica, através da aplicação de TOI's pela Companhia por ser procedimento ilegal e unilateral, solicitando ainda, a restituição dos valores indevidamente pagos pelos consumidores. Apesar de a ANEEL estar no processo – o que deveria levar o caso à justiça federal, o juízo de primeira instância declarou em maio de 2009 serem ilegais todas as cobranças feitas sob os TOI e ordenou o reembolso em dobro dos valores pagos pelos consumidores. Os respectivos recursos de apelação foram interpostos e em outubro de 2019 o TJCE manteve a sentença inalterada. O caso foi levado para o STJ e STF e aguarda decisão do Relator do recurso especial (STJ). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

b.5) COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL – Revisão do valor pago pelo uso dos ativos de algumas cooperativas: Seis cooperativas rurais de energia elétrica (Coperca, Coerce, Cerbo, Cerca,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Cerva e Coperva) mantêm ações judiciais para revisar o valor do aluguel pelo uso dos seus ativos de distribuição de energia elétrica localizados na zona rural. Apesar de a companhia pagar regularmente referido aluguel, a discussão sobre a propriedade desses ativos está pendente de decisão, uma vez que eles são mantidos, ampliados e já teriam sido substituídos pela concessionária ao longo dos quase quarenta anos desses contratos e, quanto aos ativos das cooperativas remanescentes, já se encontram integralmente depreciados, conforme manual de contabilidade da Aneel. Os processos se encontram em etapas processuais diferentes, mas em todos os casos se faz necessária uma perícia em campo; nos casos em que essa prova processual foi realizada, constatou-se a depreciação econômica dos ativos remanescentes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver reajuste do valor atualmente pago e eventual pagamento do retroativo.

b.6) ENDICON – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos do Rio de Janeiro (ENEL RJ) e da Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 e o processo ainda se encontra na fase postulatória, aguardando impulso do juízo para início da fase instrutória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização.

b.7) MPCE/DECON – Indenização coletiva em função de má qualidade no serviço da companhia: O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE alega a má prestação do serviço pela ENEL e descumprimento dos termos do contrato de concessão, pelo que exige que o anúncio da venda do controle da concessionária não resulte na paralisação dos serviços, bem como o pagamento de danos morais. A companhia apresentou sua defesa em fevereiro de 2023 e o processo aguarda o início da instrução processual. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização no montante de R\$ 48.900 em 31 de março de 2023.

c) Processos fiscais**c1). Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Em janeiro de 2023 a Companhia recebeu 9 novos autos sobre alguns dos temas supracitados no montante de R\$ 181.964. Os montantes envolvidos, em todos os casos, incluídos os casos novos, totalizam R\$ 1.022.059 em 31 de março de 2023 (R\$ 826.174 em 31 de dezembro de 2022).

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 59.901 e R\$ 5.205 em 31 de março de 2023 (R\$ 57.445 e R\$ 5.102 em 31 de dezembro de 2022). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 31 de março de 2023 é de R\$ 13.496 (R\$ 13.206 em 31 de dezembro de 2022).

Também há auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. Em janeiro de 2023 a Companhia recebeu mais 6 autos sobre contribuição de iluminação pública no montante de R\$ 25.212 e segue discutindo o tema. O valor atualizado em todos os casos, incluindo os 6 casos novos, em 31 de março de 2023 é de R\$ 40.752 (R\$ 15.210 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c3). Temas federais**

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. Em fevereiro de 2023 um auto que discutia IRPJ se encerrou totalmente favorável à Companhia no montante de R\$ 6.500. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 49.054 em 31 de março de 2023 (R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2022).

d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 4.656, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 1.041, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C, tema Base de Remuneração.

23.3. Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica "Depósitos vinculados", e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.03.2023	31.12.2022
Trabalhistas	19.168	19.010
Cíveis	25.437	24.850
Fiscais	4.247	4.151
Total	48.852	48.011

24. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social é de R\$ 1.085.347 em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022. Em 19 de abril de 2022 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 171.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	31.03.2023	31.12.2022
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Composição acionária

	Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
Total de Ações	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

g) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº 11.

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.03.2023	31.03.2022
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(16.228)	(22.026)
Tributos diferidos sobre perda/ganho instrumentos financeiros derivativos	5.518	7.489
Total	(10.710)	(14.537)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**25. Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

	31.03.2023	31.03.2022
Numerador (em R\$ mil)		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	48.846	68.619
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	28.711	40.332
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.560	2.191
	<u>79.117</u>	<u>111.141</u>
Denominador (em unidades de ações)		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
Percentual por ação		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	1,0162	1,4275
Ação preferencial - Classe A	1,0772	1,5132
Ação preferencial - Classe B	1,1178	1,5703

26. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2023			31.03.2022		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.404.239	1.281.929	437.014	3.330.779	1.258.351	577.542
Industrial	5.810	109.386	221.854	5.898	125.070	218.537
Comercial	182.062	355.089	389.253	181.018	389.678	429.144
Rural	533.009	287.119	188.760	561.507	293.376	202.592
Poder público	35.457	167.154	145.243	31.111	151.323	153.876
Iluminação pública	12.032	144.823	49.110	11.605	161.236	105.930
Serviço público	5.280	64.339	63.324	8.630	78.278	71.887
Suprimento e revenda	2	3.219	308	2	2.931	268
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(921.989)	-	-	(802.521)
Fornecimento faturado	4.177.891	2.413.058	572.877	4.130.550	2.460.243	957.255
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	447.732	-	-	370.490
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	921.989	-	-	802.521
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(12.995)	-	-	(10.915)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.177.891	2.413.058	1.929.603	4.130.550	2.460.243	2.119.351
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	142.820	-	-	381.860
Subvenção baixa renda	-	-	91.442	-	-	52.438
Subvenção de recursos da CDE	-	-	70.198	-	-	61.686
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	757	674.235	122.242	596	643.545	100.015
Receita de construção	-	-	433.319	-	-	404.184
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	8.629	-	-	14.850
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	115.550	-	-	83.119
Outras receitas	-	-	46.489	-	-	41.224
Total outras receitas	757	674.235	1.030.689	596	643.545	1.139.376
Receita operacional bruta	4.178.648	3.087.293	2.960.292	4.131.146	3.103.788	3.258.727
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(371.466)	-	-	(548.009)
COFINS - corrente	-	-	(158.097)	-	-	(172.576)
PIS - corrente	-	-	(34.324)	-	-	(37.467)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(16.566)	-	-	(15.213)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(146.766)	-	-	(143.756)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	310	-	-	(304.857)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.691)	-	-	(2.259)
ISS	-	-	(1.685)	-	-	(1.755)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(731.285)	-	-	(1.225.892)
Receita operacional líquida	4.178.648	3.087.293	2.229.007	4.131.146	3.103.788	2.032.835

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
Trimestre findo em 31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



27. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	31.03.2023					31.03.2022					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal	(26.918)	-	(14.494)	-	-	(41.412)	(32.644)	-	(11.668)	-	(44.312)
Material	(22.573)	-	(244)	-	-	(22.817)	(12.541)	-	2.105	-	(10.436)
Serviços de terceiros	(174.551)	(1.364)	(6.877)	-	-	(182.792)	(130.135)	(1.903)	(18.938)	-	(150.976)
Energia elétrica comprada para revenda	(820.737)	-	-	-	-	(820.737)	(823.834)	-	-	-	(823.834)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(207.984)	-	-	-	-	(207.984)	(205.142)	-	-	-	(205.142)
Depreciação e amortização	(115.422)	-	(5.551)	-	-	(120.973)	(78.620)	-	(3.893)	-	(82.513)
Custo na desativação de bens	(7.397)	-	-	-	-	(7.397)	854	-	-	-	854
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(50.069)	-	(50.069)	-	-	-	(36.773)	(36.773)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(5.432)	-	(5.432)	-	-	-	(18.703)	(18.703)
Custo de construção	(433.319)	-	-	-	-	(433.319)	(404.184)	-	-	-	(404.184)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(8.578)	-	-	(8.578)	-	-	209	-	209
Outras despesas operacionais	(20.146)	-	(13.960)	-	(213)	(34.319)	(14.324)	-	(7.816)	-	(80)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	16.753	16.753	-	-	-	-	34.660
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	271	271	-	-	-	-	2.089
Subtotal	(1.829.047)	(1.364)	(49.704)	(55.501)	16.811	(1.918.805)	(1.700.570)	(1.903)	(40.001)	(55.476)	36.669
											(1.761.281)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**27.1. Custo do serviço de energia elétrica****a) Energia elétrica comprada para revenda**

	31.03.2023	31.03.2022
Custo com energia elétrica comprada para revenda		
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	-	(411.451)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(44.455)	(55.612)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(690.345)	(266.042)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(34.084)	(40.309)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(35.058)	(35.104)
Cotas de garantia física	(90.274)	(85.964)
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER	-	(4.326)
Risco Hidrológico	3.052	-
Outros	(8.811)	(4.255)
(-) Crédito de PIS e COFINS	79.238	79.229
Subtotal	(820.737)	(823.834)

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

	31.03.2023	31.03.2022
Encargo de uso do sistema de transmissão		
Rede básica	(137.092)	(106.088)
Encargos de conexão	(12.172)	(12.238)
(-) Crédito de PIS e COFINS	20.972	52.456
Encargo do serviço do sistema - ESS/EER	(79.692)	(139.272)
Total	(207.984)	(205.142)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**28. Resultado financeiro**

	31.03.2023	31.03.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	12.974	4.911
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	17.295	1.241
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	43.288	39.162
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	5.917	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	2.121	-
Dívida - Marcação a mercado	6.895	-
Juros fundo de pensão	5	9
Outras receitas financeiras	3.150	6.396
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(3.553)	(2.296)
Subtotal	88.092	49.423
Despesas financeiras		
Variação monetária de dívidas	(4.120)	(6.453)
Variação monetária de debêntures	(34.530)	(20.357)
Encargos de dívidas	(40.447)	(36.370)
Juros debêntures	(59.002)	(25.936)
Encargos fundo de pensão	(2.138)	(1.896)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(40.987)	(31.599)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(13.280)	(5.217)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(5.774)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(46.021)	(27.175)
Dívida - Marcação a mercado	(5.647)	-
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	28	56
Atualizações de impostos	(7.741)	(944)
Atualização P&D/PEE	(868)	(903)
IOF/IOC	(657)	(5.297)
Apropriação custo de transação	(1.399)	(714)
Comissão de fiança e seguro garantia	(854)	(638)
Juros em arrendamento	(1.267)	(478)
Outras despesas financeiras	(13.502)	(4.376)
Subtotal	(278.206)	(168.297)
Variações cambiais líquidas		
Variações cambiais de dívidas	28.180	191.416
Variações cambiais de instrumentos derivativos	(29.074)	(189.078)
Variações cambiais de outras operações	869	(2.158)
Subtotal das variações cambiais líquidas	(25)	180
Total do resultado financeiro	(190.139)	(118.694)

29. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.03.2023		31.03.2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	(72.381)	(27.151)
Diferidos	(30.108)	(10.838)	32.832	12.921
Incentivo fiscal	-	-	12.060	-
Total	(30.108)	(10.838)	(27.489)	(14.230)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	120.063	120.063	152.861	152.861
Adições:				
Gratificação a administradores	255	255	5.427	5.427
Doações	102	102	-	-
Perdão de Dívida Indedutível	-	-	(201)	(201)
Outras despesas indedutíveis	-	-	24	24
Total das adições	357	357	5.250	5.250
Base de cálculo	120.420	120.420	158.111	158.111
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(30.108)	(10.838)	(39.522)	(14.230)
Incentivos fiscais	-	-	12.060	-
Ajustes de períodos anteriores	-	-	(27)	-
Total da despesa com tributos	(30.108)	(10.838)	(27.489)	(14.230)
Alíquota efetiva	25,08%	9,03%	17,98%	9,31%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Tributos diferidos ativos:						
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	140.824	-	140.824	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	83.427	78.220	5.207	(2.637)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	64.107	214.417	(150.310)	18.862	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	60.582	60.582	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	44.458	45.222	(6.281)	50.269	5.518	7.446
Arrendamento - CPC 06 (R2)	884	698	186	63	-	-
Outras provisões	50.303	41.879	7.434	1.728	-	-
Total dos diferidos ativos	446.390	442.823	(2.940)	68.285	5.518	7.446
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.382)	(1.392)	10	10	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(403.348)	(361.233)	(42.115)	(28.287)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	4.920	2.092	2.828	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	-	-	44	-	43
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	(1.271)	1.271	5.701	-	-
Total dos diferidos passivos	(399.810)	(361.804)	(38.006)	(22.532)	-	43
Ativo fiscal diferido, líquido	46.580	81.019				
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos			(40.946)	45.753		

(c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o período findo em 31 de março de 2023, a empresa apurou prejuízo fiscal e não houve reconhecimento de benefício fiscal (R\$ 78.982 reconhecido em 31 de dezembro de 2022) no patrimônio líquido como reservas de incentivos fiscais.

30. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

30.1. Controladora (Enel Brasil)

Parte relacionada	Vigência	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.03.2022
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(85.233)	(74.589)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(110.023)	(84.852)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2023	(185.210)	(167.456)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(835)	(1.401)	-	(261)
Mútuo	Julho de 2022 a abril de 2023	(101.786)	(150.775)	(28.771)	(14.146)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(13.597)	(28.532)	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(496.684)	(507.605)	(28.771)	(14.407)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**30.2. Empresas em controle comum**

Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		(65.445)	(66.799)	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(65.445)	(66.799)	-	-
Comissão		-	-	242	267
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	-	242	267
Prestação de serviços de desenvolvimento		(1.006)	(230)	-	(184)
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(1.006)	(230)	-	(184)
Multa contratual		-	(106)	-	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	(106)	-	-
Suprimento de energia - CCEAR		(2.721)	(814)	(7.007)	(415.210)
ENEL Green Power Projetos I S.A.		(838)	-	(2.521)	(2.212)
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	-	-	(411.451)
ENEL Green Power Parapanema		(106)	(100)	(300)	(281)
ENEL Green Power Mourão		(29)	(28)	(85)	(81)
EGP Santa Angela 04		(62)	-	(146)	-
EGP Santa Angela 19		(56)	-	(134)	-
EGP Santa Esperança 13		(43)	-	(98)	-
EGP Santa Angela 05		(65)	-	(155)	-
EGP Santa Angela 08		(59)	-	(141)	-
EGP Santa Angela 03		(64)	-	(153)	-
EGP Santa Angela 11		(54)	-	(126)	-
EGP Santa Angela 07		(48)	-	(113)	-
EGP Santa Angela 06		(64)	-	(157)	-
EGP Santa Angela 15		(62)	-	(147)	-
EGP Santa Angela 14	Até o final da concessão	(57)	-	(133)	-
EGP Santa Angela 09		(59)	-	(138)	-
EGP Santa Angela 17		(62)	-	(144)	-
EGP Santa Angela 21		(57)	-	(133)	-
EGP Santa Angela 1		(65)	-	(151)	-
EGP Santa Angela 2		(67)	-	(156)	-
EGP Santa Angela 10		(57)	-	(133)	-
EGP Santa Angela 20		(65)	-	(151)	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		(62)	-	(145)	-
EGP Santa Esperança 15		(42)	-	(97)	-
EGP Santa Esperança 17		(40)	-	(91)	-
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		(89)	(119)	(207)	(194)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(50)	(70)	(139)	(130)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		(149)	(196)	(342)	(321)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(130)	(156)	(296)	(280)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(120)	(145)	(275)	(260)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(367)	(343)	(1.128)	(954)
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(367)	(343)	(1.128)	(954)
Consumo Próprio		-	-	-	24
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *	Até o final da concessão	-	-	-	24
Mútuo		(780.681)	(801.543)	(22.222)	(15.865)
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(506.799)	(526.661)	(21.095)	(15.865)
ENEL Finance International N.V. II	dezembro de 2022 a junho de 2023	(273.882)	(274.882)	(1.127)	-
ENEL Finance International N.V. III	janeiro de 2023 a fevereiro de 2023	-	-	18.815	-
Reembolso expatriados		(1.190)	(1.281)	56	(163)
ENEL SPA		704	670	34	-
Enel Colombia S.A. E.S.P		(79)	(82)	-	-
ENEL Itália	Até o final da concessão	(100)	(102)	-	(122)
ENEL AMERICAS		(563)	(586)	23	91
Enel Global Services S.r.l.		333	200	132	-
Enel Grids S.r.l.		(1.485)	(1.381)	(133)	(132)
Venda de ativo imobilizado		(9.977)	(9.977)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2023	(9.977)	(9.977)	-	-
Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e projeto telemando LATAM		(785)	(803)	-	-
Enel Iberia SRL		(785)	(803)	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura		(9.932)	(9.533)	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA		(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(7.451)	(7.052)	-	-
ENEL CIEN S.A.	Fevereiro de 2024	845	845	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	-	-
		(872.104)	(891.429)	(30.059)	(432.085)
(-) Benefícios pós-emprego		65.445	66.799	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(806.659)	(824.630)	(30.059)	(432.085)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Suprimento de energia – CCEAR e Sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 16.

Abaixo o quadro com o resumo dos saldos de empréstimos com partes relacionadas:

	31.03.2023			31.12.2022		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Finance International N.V. I	6.799	-	500.000	26.661	-	500.000
Mútuos Enel BR	624	101.162	-	-	150.775	-
Enel Finance International N.V. II	702	273.180	-	453	274.429	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	8.125	374.342	500.000	27.114	425.204	500.000

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2023	31.03.2022
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.012	2.718
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	17	16
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	185	-
Total	1.214	2.734

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



31. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

31.1. Instrumentos financeiros

31.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.03.2023		31.12.2022	
Rúbrica	Categoria	Nível*	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	81.985	81.985	182.558	182.558
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	88.682	88.682	86.900	86.900
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	31.403	31.403	31.969	31.969
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	1.863.271	1.863.271	1.876.431	1.876.431
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	108.175	108.175	30.022	30.022
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	6.817	6.817	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	16.698	16.698	-	-
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	5.181.879	5.181.879	4.939.453	4.939.453
Total do ativo			7.378.910	7.378.910	7.147.333	7.147.333
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	854.858	839.067	936.194	903.395
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.950.012	1.976.327	1.135.544	1.160.104
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	656.930	656.930	628.048	628.048
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.156.134	1.060.546	1.585.760	1.468.537
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira marcado a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	358.792	358.792	373.566	373.566
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	95.478	95.478	81.786	81.786
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	40.854	40.854	21.963	21.963
Arrendamentos	Custo amortizado	2	33.365	33.365	37.599	37.599
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	148.525	148.525	186.130	186.130
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.360.744	1.360.744	1.374.767	1.374.767
Total do passivo			6.655.692	6.570.628	6.361.357	6.235.895

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2023 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Scotiabank III	06/01/2021	06/01/2023	Cashflow Hedge	USD + 1,225%	CDI + 0,80%	400.000
BNP II	01/04/2021	28/03/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,14%	CDI + 1,18%	135.000
BNP III	01/04/2021	28/03/2022	Cashflow Hedge	USD + 1,57%	CDI + 0,55%	135.000
Scotiabank IV	16/07/2021	17/07/2023	Cashflow Hedge	USD + 1,51%	CDI + 1,25%	210.000
Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,1257%	CDI + 1,12%	278.250
Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge	USD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000
ITAU 4131 EFI II	13/12/2022	12/06/2023	Cashflow Hedge	EURIBOR 3M + 0,94%	CDI + 0,30%	270.603

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.300
Efeito no resultado financeiro	(216.253)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(22.026)
Recebimento de principal	22.816
Recebimento de Juros	28.687
Saldos em 31 de março de 2022	(179.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(103.749)
Efeito no resultado financeiro	(72.974)
Marcação a mercado no resultado	143
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(16.228)
Pagamento de juros	(21.214)
Recebimento de juros	80.710
Recebimento de principal	20.495
Saldos em 31 de março de 2023	(112.817)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de março de 2023 estão dispostos abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
BNP II	(21.743)	(14.868)	(6.875)	-
Scotiabank IV	(14.807)	(9.732)	(5.075)	-
Sumitomo	(56.784)	(37.717)	(19.067)	-
Citibank	6.307	9.687	(3.380)	-
Itaú I (8ª Debêntures)	(450)	346	-	(796)
Itaú II (8ª Debêntures)	(337)	260	-	(597)
BTG Pactual (8ª Debêntures)	134	482	-	(348)
Scotiabank V	(10.129)	(2.206)	-	(7.923)
Scotiabank VI	(13.374)	(9.554)	-	(3.819)
ITAU 4131 EFI II	(1.634)	1.162	(2.796)	-
	(112.817)	(62.140)	(37.193)	(13.483)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2023.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
BNP II	USD + 2,14%	120.357	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,14%	(113.990)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,18%	135.733	Cashflow hedge
		21.743	
Scotiabank IV	USD + 1,51%	206.320	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,51%	(196.953)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	211.760	Cashflow hedge
		14.807	
Sumitomo	USD + 2,1257%	258.767	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(240.795)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	297.579	Cashflow hedge
		56.784	
Citibank	USD SOFR + 0,9059%	282.292	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(255.768)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	249.461	Cashflow hedge
		(6.307)	
8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	656.931	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(213.149)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	213.598	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(159.861)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	160.199	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(261.559)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	261.425	Fair value hedge
		653	
Scotiabank V	USD + 5,45%	231.355	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(225.955)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	236.085	Fair value hedge
		10.130	
Scotiabank V	USD + 5,45%	127.436	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(124.462)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	137.836	Fair value hedge
		13.374	
EFI II - Credit Agreement			
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EURIBOR + 0,94%	(263.975)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,30%	265.610	Cashflow hedge
		1.635	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**31.1.2. Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

31.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2023 é:

	Nota	31.03.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	81.985	182.558
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	88.682	86.900
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	1.863.271	1.876.431
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	108.175	30.022
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	5.181.879	4.939.453
Total de exposição		7.323.992	7.115.364

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2023, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2023	31.12.2022
AAA	83.833	226.935
AA+	64.631	17.249
Total geral	148.464	244.184

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.03.2023	31.12.2022
AA-	(112.817)	(103.749)
Total geral	(112.817)	(103.749)

b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Auditável). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.03.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	2.369.784	2.895.520
Debentures (Nota 17)	2.606.942	1.763.592
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 31)	112.817	103.749
Dívida	5.089.543	4.762.861
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(81.985)	(182.558)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(88.682)	(86.900)
Dívida líquida (a)	4.918.876	4.493.403
Patrimônio líquido (b) (Nota 24)	4.025.309	3.956.902
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	55%	53%

O índice de endividamento em 31 de março de 2023 é de 55% (53% em 31 de dezembro de 2022), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de março de 2023 é de R\$ 100.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de março de 2023						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.342	4.144	350.123	675.848	-	1.033.457
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.089	7.797	55.636	509.618	4.269	581.409
Debêntures	(46)	78.181	676.222	1.852.655	813.289	3.420.301
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	102.801	276.335	79.995	569.847	-	1.028.978
Total	110.186	366.457	1.161.976	3.607.968	817.558	6.064.145

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de março de 2023						
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	17.135	31.694	128.024	233.439	69.303	479.595
Total	17.135	31.694	128.024	233.439	69.303	479.595

b.4) Riscos de mercado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de março de 2023, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de março de 2023, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2023	%	31.12.2022	%
Selic	249	0,17%	248	0,10%
CDI	148.215	99,83%	243.936	99,90%
Total	148.464	100,00%	244.184	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	31.03.2023	%	31.12.2022	%
IPCA	5.181.879	100,00%	4.939.453	100,00%
Total	5.181.879	100,00%	4.939.453	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.03.2023	%	31.12.2022	%
Taxa fixa	25.355	0,50%	30.151	0,98%
TJLP	649	0,01%	668	0,02%
CDI	3.799.558	74,65%	3.530.976	66,87%
IPCA	1.221.594	24,00%	1.194.017	31,96%
Libor	5.956	0,12%	6.024	0,17%
USD SOFR	26.524	0,52%	4.155	0,00%
EURIBOR 3M	9.907	0,19%	(3.130)	0,00%
Total	5.089.543	100,00%	4.762.861	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 31 de março de 2023 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Mar.2023		
		31.03.2023	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	249	33	25	17
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	148.215	19.554	14.666	9.777
Ativo financeiro indenizável	Redução do IPCA	5.181.879	216.441	162.331	108.221
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	2.169.285	250.822	304.678	357.137
Instrumentos financeiros derivados	Alta do IPCA	(634.569)	(70.925)	(78.827)	(86.637)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	(902.155)	(42.544)	(216.963)	(361.901)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	(255.768)	(18.921)	(22.987)	(27.052)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da EURIBOR	(263.975)	(2.589)	(3.110)	(3.630)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(25.284)	8	8	8
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	952.794	44.951	229.414	382.699
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	649	52	63	74
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	1.630.273	209.722	254.020	297.169
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.856.163	191.122	214.219	237.047
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	5.956	517	1.952	3.161
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	282.292	18.921	22.987	27.052
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da EURIBOR	273.882	2.589	3.110	3.630
			819.753	885.586	946.772

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido nas notas explicativas nº. 16 e 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131 II - COELCE	4.899	32.100	27.201	54.702	49.803
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(4.640)	(30.402)	(25.762)	(51.809)	(47.169)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	18.721	22.713	3.992	26.601	7.880
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	2.768	18.310	15.542	31.225	28.457
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	(2.642)	(17.478)	(14.836)	(29.807)	(27.165)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	9.956	12.069	2.113	14.126	4.170
Sumitomo 4131 - COELCE	10.497	68.977	58.480	117.572	107.075
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(9.768)	(64.186)	(54.418)	(109.406)	(99.638)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	40.866	49.617	8.751	58.141	17.275
CITIBANK 4131 - COELCE	18.921	22.987	4.066	27.052	8.131
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(18.921)	(22.987)	(4.066)	(27.052)	(8.131)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	34.382	41.719	7.337	48.865	14.483
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	73.425	81.605	8.180	89.690	16.265
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(23.823)	(26.478)	(2.655)	(29.101)	(5.278)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	28.712	34.992	6.280	41.110	12.398
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(17.868)	(19.858)	(1.990)	(21.826)	(3.958)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	21.534	26.244	4.710	30.832	9.298
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	(29.234)	(32.491)	(3.257)	(35.710)	(6.476)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	35.010	42.696	7.686	50.183	15.173
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	16.831	69.256	52.425	112.819	95.988
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(16.438)	(67.639)	(51.201)	(110.186)	(93.748)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	33.599	40.544	6.945	47.310	13.711
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	9.271	38.148	28.877	62.144	52.873
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	(9.055)	(37.257)	(28.202)	(60.693)	(51.638)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	19.300	23.355	4.055	27.304	8.004
EFI II - Credit Agreement	2.589	3.110	521	3.630	1.041
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PA	(2.589)	(3.110)	(521)	(3.630)	(1.041)
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE PP	8.741	10.729	1.988	12.665	3.924
Total	255.044	317.285	62.241	376.751	121.707

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de março de 2023, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2023 (em reais).

	31.03.2023
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	1.514.926
Exposição patrimonial	1.514.926
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.421.899)
Exposição líquida	93.027

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço Regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos**c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

c.2) Risco de contratação de energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCS D de energia existente e de energia nova.

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 3.062.049 em 2023, R\$ 2.657.284 em 2024, R\$ 2.577.762 em 2025, R\$ 2.415.452 em 2026, R\$ 2.337.186 em 2027 e R\$ 41.761.901 após 2027.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período findo em 31 de março de 2023 que foram homologados pela ANEEL.

33. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão seguros por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	R\$6.946.262	R\$5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	R\$0	R\$104.946
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2022	10/11/2023	R\$0	R\$77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	R\$103.723
-	Riscos frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	R\$1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

34. Informações complementares às informações financeiras dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.03.2023	31.03.2022
Compensações de PIS e COFINS (nota 21)	(173.203)	(75.431)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2023	31.03.2022
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(96.101)	(71.110)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(28)	(56)
	(96.129)	(71.166)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.03.2023	31.03.2022	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de Debêntures	950.000	-	17	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	609.344	955.843	16	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.076.265)	(263.123)	16	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(4.234)	(3.198)	18	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	21.214	(22.817)	31	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	-	(2.264)	19	Obrigações fiscais
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	500.059	664.441		

A companhia não pagou dividendos no período de 3 meses findo em 31 de março de 2023.

35. Eventos subsequentes**35.1 Revisão tarifária periódica 2023**

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2023, Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia positivo de +3,06% composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,21%
Revisão Econômica	2,71%
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,81%
Revisão Financeira	-3,17%
Revisão Total	-0,46%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+3,52%
Efeito para o consumidor	3,06%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Parcela A**

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 921 milhões. Uma queda de -1,1%, representando -0,14% na revisão econômica em função principalmente do encargo PROINFA (-12,3%);
- Energia Comprada: R\$ 3.262 milhões. O aumento de 4,30% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 1,84% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 537 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 19,9%, correspondendo a um efeito de 1,23% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi revisada em -0,57%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- a. Custos Operacionais: a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Nesta revisão tarifária, os custos operacionais regulatórios apresentaram uma variação de -3,39% em relação aos valores que estavam incluídos nas tarifas, contribuindo com um efeito tarifário de -0,59%. Destaca-se que a aplicação da metodologia indicou que os custos operacionais, incluídos nas tarifas até então vigentes, encontravam-se acima do limite superior do intervalo de eficiência, sendo estabelecida uma trajetória regulatória negativa de ajustes desses custos até o final do ciclo.
- b. Custo Anual de Ativos: corresponde à remuneração do capital, à quota de reintegração regulatória e às anuidades dos ativos não elétrico da distribuidora. A remuneração apresentou redução de -1,18% em relação aos valores até então contemplados nas tarifas, representando um impacto tarifário de -0,14%. A variação negativa deve-se à redução da taxa de remuneração em relação àquela considerada no último processo de revisão tarifária. Por outro lado, o aumento da Base de Remuneração Líquida atenuou o efeito de redução do WACC. Por sua vez, a quota de reintegração apresentou variação de +3,02% comparada à que estava reconhecida nas tarifas, representando um impacto tarifário de +0,18%, devido, especialmente, da nova taxa de depreciação dos ativos, de 4,10%, superior à considerada no ciclo anterior (de 3,98%). Por último, as anuidades apresentaram uma redução de -5,43% em relação aos valores que estavam contidos nas tarifas, resultando em um impacto tarifário -0,13%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

A revisão tarifária média de +3,06% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,77%
Baixa Tensão	5,51%
Efeito Médio	3,06%

35.2 Novo contrato de mútuo

Em 20 de abril de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 156.047. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 30 de junho de 2023 a uma taxa de CDI + 1,10 a.a.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Notas Explicativas**

Trimestre findo em 31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**35.3 Novo contrato de mútuo**

Em 25 de abril de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou novo mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 25.164. O desembolso ocorreu no mesmo dia e a operação possui vencimento em 30 de junho de 2023 a uma taxa de CDI + 1,10 a.a.

35.4 Realização de AGE

Em 25 de abril de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia na qual foi aprovada a capitalização parcial do saldo de Reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 197.000. O capital social da Companhia passa a ser de R\$ 1.282.347.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará - COELCE
Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2023.

Fortaleza, 26 de abril de 2023.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Regulação - vago

Diretor de Compras - vago

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2023.

Fortaleza, 26 de abril de 2023.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Regulação - vago

Diretor de Compras - vago